

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CIÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS

FRANK CARVALHO FERREIRA

**AS MIGRAÇÕES INTERNAS DO BRASIL IDENTIFICADAS ATRAVÉS DAS
ANÁLISES CENSITÁRIAS E AS INTER-RELAÇÕES COM OS IMPACTOS
SOCIOAMBIENTAIS**

Belo Horizonte

2023

Frank Carvalho Ferreira

**AS MIGRAÇÕES INTERNAS DO BRASIL IDENTIFICADAS ATRAVÉS DAS
ANÁLISES CENSITÁRIAS E AS INTER-RELAÇÕES COM OS IMPACTOS
SOCIOAMBIENTAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para obtenção
de título de Bacharel em Ciências
Socioambientais.

Orientador: José Irineu Rangel Rigotti

Belo Horizonte

2023



Figura 1: Os Retirantes - obras de Cândido Portinari (1944).

Fonte: Arquivo pessoal de Filipe Campos e Souza, feita em 22 de jul. 2022, 14:22, no MASP.

“Os migrantes de todos os tempos evocam diversas imagens. A partida, a viagem, o trajeto e a chegada a uma nova terra constrói um fio e uma trajetória que nos inquieta.”
(SASAKI & ASSIS, 2000, p. 1)

*“Ele é migrador
Um retirante vindo de lá do sertão
Andou muitas léguas a pé
Perdeu seu filho, gado, o cachorro e a mulher”* (SOUSÁ, M., OLIVEIRA, M. Migração,
Int. RODRIGUES, J., DOMINGUINHOS, 2008)

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
RESUMEN.....	5
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. OBJETIVO GERAL.....	8
2.1. Objetivos específicos.....	8
3. METODOLOGIA.....	9
4. ANÁLISES E DISCUSSÕES.....	10
4.1. <i>Censos demográficos e a sua realização no Brasil</i>	10
4.2. <i>Quesitos sobre migração utilizados nos censos demográficos brasileiro</i>	14
4.3. Estudos sobre as migrações internas.....	19
4.3.1. <i>Contextualização histórica, política e econômica do Brasil</i>	19
4.3.2. <i>A compreensão da migração interna como fenômeno demográfico</i>	20
4.4. Migrações internas no Brasil.....	24
4.4.1. <i>As migrações internas do Brasil na linha do tempo</i>	24
4.5. As inter-relações das migrações internas e os impactos socioambientais	32
4.5.1. <i>Amazônia Legal – As inter-relações entre migrações internas brasileiras e impactos socioambientais</i>	37
5. CONCLUSÃO.....	41
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

RESUMO

Dados demográficos sobre ocupação e distribuição da população, principalmente os referentes às migrações, quando bem trabalhados, descrevem bem as características e composição de uma população. Através de uma revisão da literatura acerca das análises dos dados censitários disponíveis sobre as migrações internas, ocorridas no território brasileiro, buscou-se compreender as inter-relações possíveis com os impactos socioambientais nos locais de origem e destino. Além disso, discute-se como os migrantes, atuam como agentes causadores dos impactos e podem ser também os agentes impactados social e ambientalmente. Apresenta-se o panorama da realização dos censos, a evolução e referentes aos quesitos e análises sobre migrações nas pesquisas censitárias. As migrações internas ocorridas no Brasil, majoritariamente, estão relacionadas às condições econômicas na qual o país está condicionado, somando-se ao fato de ser territorialmente grande, em proporções continentais, e ainda, apresentar uma grande desigualdade socioeconômica. Os migrantes saem em busca de novas oportunidades de renda e melhores acessos aos serviços públicos, como saúde, educação e segurança. Os movimentos migratórios podem, em muitos casos, influenciar, potencializar, ou até mesmo provocar certos impactos socioambientais, uma vez que mudam a dinâmica de uso e ocupação do território. Ao mesmo tempo, os migrantes podem ser considerados os agentes vulneráveis a estes impactos socioambientais, uma vez que, estão susceptíveis à ocupação precária nos locais de destino, geralmente com baixas condições de saneamento e infraestrutura e exposta às vulnerabilidades socioambientais. O conhecimento da dinâmica das migrações e suas tendências são importantes dados para o planejamento das políticas públicas que devem ser aplicadas para a mitigação destes impactos.

RESUMEN

Los datos demográficos sobre ocupación y distribución de la población, especialmente los referidos a migraciones, cuando están bien trabajados, describen bien las características y composición de una población. A través de una revisión de la literatura sobre el análisis de los datos censales disponibles sobre las migraciones internas, ocurridas en el territorio brasileño, buscamos comprender las posibles interrelaciones con los impactos socioambientales en los lugares de origen y destino. Además, discute cómo los migrantes actúan como agentes causantes de impactos y también pueden ser agentes impactados social y ambientalmente. Se presenta un panorama general del desempeño de los censos, la evolución y referencias a preguntas y análisis sobre migraciones en las encuestas censales. Las migraciones internas que ocurrieron en Brasil, en su mayoría, están relacionadas con las condiciones económicas en que está condicionado el país, sumado al hecho de que es territorialmente grande, de proporciones continentales, y además, presenta una gran desigualdad socioeconómica. Los migrantes parten en busca de nuevas oportunidades de ingresos y un mejor acceso a los servicios públicos, como salud, educación y seguridad. Los movimientos migratorios pueden, en muchos casos, influir, potenciar o incluso provocar determinados impactos socioambientales, ya que modifican las dinámicas de uso y ocupación del territorio. Al mismo tiempo, los migrantes pueden ser considerados agentes vulnerables a estos impactos socioambientales, ya que son susceptibles de ocupación precaria en los lugares de destino, generalmente con malas condiciones de saneamiento e infraestructura y expuestos a vulnerabilidades socioambientales. El conocimiento de las dinámicas y tendencias migratorias son datos importantes para la planificación de políticas públicas que se deben aplicar para mitigar estos impactos.

1. INTRODUÇÃO

Dados demográficos obtidos através de levantamentos estatísticos, quando bem trabalhados, descrevem as características de uma população e permitem sua análise. Estes dados quantificam e qualificam a população quanto à idade, gênero, raça, religião, taxas de natalidade e fecundidade, mortalidade e morbidade. Assim como os dados sobre migrações, ocupação e distribuição da população nos permite uma análise sobre a composição da população de determinado território.

As análises realizadas nesta pesquisa serão realizadas sob a perspectiva de um destes dados que compõem a população, especificamente, as migrações internas brasileiras, as respectivas contextualizações histórica, política e econômica; como estes fenômenos migratórios foram e são identificados e quais as inter-relações com os possíveis impactos socioambientais. Levando-se em consideração que o movimento migratório pode causar impactos, assim como os impactos podem ser fatores para a decisão de migrar de uma população ou indivíduo. Então, neste sentido, tem-se, possivelmente, os movimentos migratórios impulsionando os impactos socioambientais nos locais de destino e os migrantes, em determinados momentos, sendo os próprios agentes impactados, pois são obrigados a ocupar locais precários, sem a infraestrutura dos centros urbanos, sem acesso ou distantes dos serviços de saneamento, saúde, educação e segurança adequados, de maneira paradoxal à motivação, muitas vezes predominante, de se migrar.

Migrações são motivadas, principalmente, pela busca de trabalho e melhores condições de renda, bem-estar e acessos aos serviços públicos, já citados acima, como saneamento, saúde e educação. No Brasil, alguns fatores forçaram os fluxos migratórios, tais com o êxodo rural, a industrialização, urbanização e o capitalismo, em diferentes períodos e contextos políticos e econômicos. Alguns destes fatores ainda forçam as migrações e podem ser somados à outros, incluindo os fatores culturais, sociais e ambientais.

Os impactos socioambientais ocorridos em determinados locais também forçam os movimentos migratórios, como desastres ambientais ocasionados por enchentes e outras consequências das mudanças climáticas. Neste sentido, o Estado desempenha importante papel, induzindo ações que podem se refletir nas questões climáticas, ambientais e sanitárias, que por vez, rebatem e são rebatidas pelos movimentos migratórios, ocupação e distribuição da população no território. Dentre estas ações, é importante incluir o conhecimento acerca das migrações internas e as inter-relações com os impactos socioambientais.

Estudos sobre migrações internas e internacionais são realizados, pelo menos, desde o século XIX, como citado por Singer (1978), à exemplo de Ravenstein (1885), em “The Laws

of Migration”¹, sobre as migrações que aconteceram na Grã-Bretanha na época da Revolução Industrial. Apesar deste estudo não poder balizar os resultados sobre outros fluxos migratórios, este poderia ser aplicado, razoavelmente, às migrações acontecidas do campo para a cidade de vários países da América Latina, em processo de industrialização, incluindo as brasileiras.

No Brasil, o tema da migração não era uma questão tão relevante para os estudos sociológicos na virada do século XIX para o século XX (SASAKI & ASSIS, 2000). Os primeiros trabalhos sobre movimentos de população estão relacionados à aceleração da urbanização, cuja interface é o êxodo rural (MENEZES, 2000 p. 2). Atualmente, a compreensão acerca das migrações internas brasileiras, suas características históricas, econômicas e políticas pode ser encontrada na literatura especializada, principalmente pesquisas e estudos que utilizam como metodologia a análise dos dados censitários.

Os censos demográficos são um importante marco na identificação de tendências populacionais no país, com a obtenção de dados que permitem aos governos implementarem estratégias adequadas para abordar mudanças no perfil socioeconômico de uma população. O primeiro censo demográfico brasileiro aconteceu ainda no período Imperial, e atualmente, é realizado a cada dez anos, salvaguarda as peculiaridades econômicas, políticas e até mesmo sanitárias de cada década, visto que o último censo foi realizado dois anos após o planejado, devido à questões políticas, econômicas e, também, pela pandemia da Covid-19.

Assim como as migrações estão condicionadas, em certa medida, pela história, política e economia nos processos globais de mudança, elas condicionam outros processos que vêm acompanhados de impactos, incluídos os socioambientais: em territórios antes inocuados, com presença de vegetação florestal, ocorre-se a supressão de vegetação para a ocupação da população, desencadeando uma série de obras e impactos para o suporte desta população, quais sejam, construção de estradas, obras de infraestrutura, saneamento, etc. Para as atividades agropecuárias, ocupam-se a terra e muda-se a dinâmica de exploração, que ocorre até o esgotamento da terra e dos recursos, expandindo as fronteiras para execução destas atividades. Como alternativas de exploração, surgem-se os garimpos ilegais, a indústria da mineração, o comércio de madeiras de lei, e todas estas atividades vêm acompanhadas de todos os impactos socioambientais associados, alguns já citados e outros como, expropriação de território de comunidades tradicionais, degradação e poluição dos recursos naturais, desmatamento de florestas, extinção de espécies da fauna e da flora, comprometimento da biodiversidade importante para a manutenção dos ecossistemas.

Ao monitorar e observar os padrões demográficos, principalmente o que tange às questões sobre as migrações internas, é possível identificar as inter-relações com impactos

¹ RAVENSTEIN, E.G. **The Laws of Migration**, Journal of the Royal Statistical Society, XLVIII, Part. 2, Jun. 1885.

socioambientais e estabelecer políticas para minimizar os efeitos negativos das migrações sobre o meio ambiente e a sociedade, bem como subsídios para planejamento e aplicação de políticas públicas que mitiguem as vulnerabilidades, das quais essa população causa, ao mesmo tempo, que está exposta.

É possível que as migrações internas potencializem os possíveis impactos socioambientais realizadas por atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras de recursos naturais. Sendo assim, para atendimento aos objetivos desta pesquisa, através da revisão da literatura referente às análises das migrações internas baseadas, sobretudo em pesquisas censitárias brasileiras disponíveis, procura-se contribuir para esta discussão.

Após a introdução da discussão neste capítulo, apresentam-se os objetivos. Posteriormente, apresenta-se a metodologia utilizada e em seguida, na sessão de análises e discussão, apresentam-se os dados sobre a revisão da bibliografia acerca dos censos demográficos realizados no Brasil, os quesitos sobre migração utilizados, amplia-se a discussão sobre as migrações internas no próximo subcapítulo e finaliza com a análise sobre as inter-relações entre migração interna e os impactos socioambientais. Neste último subcapítulo de análises e discussão inclui-se um estudo de caso sobre a Amazônia Legal, para melhor elucidação sobre os impactos, devido à complexidade, dimensões geográficas, e sobretudo a relevância da região para o Brasil, para o continente americano e para todo o mundo.

2. OBJETIVO GERAL

Identificar as dinâmicas de migrações internas brasileiras e algumas de suas inter-relações com os impactos socioambientais a partir, sobretudo, de uma revisão e análise da literatura.

2.1. Objetivos específicos:

Para auxiliar na conclusão do objetivo geral, estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer o panorama histórico e legal dos censos demográficos;
- Identificar os dados referentes às migrações internas coletados nos censos demográficos;
- Identificar os fatores que influenciaram e ainda influenciam nas migrações internas brasileiras; e
- Identificar os possíveis impactos socioambientais causados pelas migrações internas e como os migrantes estão vulnerável a estes impactos.

3. METODOLOGIA

Realizou-se pesquisa bibliográfica com o objetivo de identificar os cenários histórico, político e legal em que se deram as pesquisas censitárias no Brasil, o investimento do poder público para realização dos recenseamentos, a evolução e as lacunas na coleta e análise dos dados, sobretudo os quesitos referentes às migrações internas no decorrer dos censos demográficos. Referente ao Censo Demográfico de 2022, para análise do cenário das etapas do recenseamento, utilizou-se os comunicados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e notas divulgadas na imprensa.

Ainda através da pesquisa, buscou-se compreender as características demográficas, e as dinâmicas de migrações internas no contexto histórico, político e econômico, enfatizando os fluxos e saldos migratórios no território brasileiro no período limitado pela disponibilidade dos dados, suas análises, metodologias e deficiências. Algumas das análises para identificação das migrações internas utilizadas nesta pesquisa foram realizadas usando como métodos os saldos migratórios e as Taxas Líquidas de Migração (TLM).

Para identificação dos possíveis impactos socioambientais inter-relacionados à migração interna e/ou sofridos pelos migrantes, utilizou-se também da literatura existente para sintetizar algumas das situações e cenários mais relevantes, sem a pretensão de um levantamento exaustivo.

O embasamento teórico da pesquisa foi realizado por meio da leitura das revisões bibliográficas, tais como: livros, monografias, dissertações e teses, artigos científicos, e periódicos, através de consulta na base de dados Capes, Scielo e Google Acadêmico, e também nos repositórios da Universidade de São Paulo - USP, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, principalmente nas publicações do Nepo² e Cedeplar³.

Neste sentido, cabe ressaltar a importância da literatura, que para Silva e Menezes (2005) *apud* Fachim (2010), é escrita como a etapa mais importante no trajeto da pesquisa, através da leitura, separação, fichamento e compreensão do tema, aspectos fundamentais para se buscar as informações necessárias para a realização da pesquisa.

Com a temática definida e delimitada, o pesquisador terá que trilhar caminhos para desenvolvê-la (BOCCADO, 2006 *apud* SILVA & MENEZES).

² Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó".

³ Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

4.1. *Censos demográficos e a sua realização no Brasil*

Os censos demográficos, de acordo com as Organizações da Nações Unidas - ONU, (United Nations, 2008), servem como ferramentas para a tomada de decisão baseada em evidências, que é um paradigma universalmente reconhecido de gestão eficiente dos assuntos em políticas públicas. A geração de estatísticas relevantes, precisas e oportunas é uma condição indispensável deste modelo.

“Os censos são realizados periodicamente na maioria dos países do mundo; eles são promovidos internacionalmente desde o final do século XIX, quando o Congresso Internacional de Estatística recomendou que todos os países do mundo o conduzissem.

O objetivo fundamental do censo populacional é fornecer os fatos, essencial para a formulação de políticas governamentais, planejamento e administração. Informações sobre tamanho, distribuição e características da população de um país são fundamentais para descrever e avaliar as circunstâncias econômicas, sociais e demográficas e para desenvolver políticas e programas sólidos destinados a promover o bem-estar de um país e sua população. O censo populacional, ao fornecer estatísticas básicas comparáveis para um país como um todo e para cada localidade administrativa e pequenas áreas dentro dela, pode dar uma contribuição importante para o processo de planejamento geral e para a gestão dos assuntos nacionais.” (UNITED NATIONS, 2008)

O censo, ainda de acordo com a ONU (United Nations, 2008), sob a perspectiva da produção científica e de dados que subsidiam as pesquisas, fornece informações indispensáveis para análise e avaliação da composição, distribuição e crescimento do passado e para projeções de uma população. A mudança nos padrões de concentração rural e urbana, o desenvolvimento de áreas urbanizadas, a distribuição geográfica da população são também questões de interesse científico importantes tanto para a pesquisa pura quanto para a solução de problemas práticos de gestão do crescimento industrial e comercial. De fato, muitas variáveis interagem de maneira complexa, como: ocupação e educação, evolução das estruturas da pirâmide etária, por sexo, da população e os diferenciais de mortalidade e fecundidade para vários grupos populacionais, assim como as características econômicas e sociais.

Segundo o IBGE (2023), os censos demográficos realizados no país têm por objetivo contar os habitantes do território nacional, identificar suas características e revelar como vivem os brasileiros, produzindo informações imprescindíveis para a definição de políticas públicas e a tomada de decisões de investimentos da iniciativa privada ou de qualquer nível de governo. Coleta informações sobre as principais variáveis: Situação Urbana x Rural; Características do Domicílio; eventualmente, Emigração internacional; Sexo; Idade; Cor ou Raça; Etnia ou Povo a que pertence e Língua falada só para indígenas; Religião ou Culto;

Registro de Nascimento; Deficiência Física ou Mental; Migração interna e Imigração internacional; Educação; Deslocamento para estudo; Nupcialidade; Características do Trabalho e do Rendimento; Deslocamento para o trabalho; Fecundidade e Mortalidade.

a Lei n.º 1829, sancionada em 1870, foi a primeira determinando a realização de recenseamentos nacionais de população no Brasil, a cada dez anos, ainda durante o Império. Esta lei determinava que o governo deveria organizar os sistemas de nascimentos, casamentos e óbitos, criando na capital uma Diretoria Geral de Estatística (OLIVEIRA & SIMÕES, 2005).

Segundo IBGE (2023), o primeiro recenseamento da população do Brasil foi efetuado em 1808, visando atender especificamente a interesses militares, de recrutamento para as Forças Armadas, o que enseja suspeitas de que os seus resultados tenham ficado aquém da realidade, seja em razão da natural prevenção do povo contra as operações censitárias, seja, principalmente, em razão de seus objetivos.

Considera-se, então, o recenseamento realizado em 1872, denominado Censo Geral do Império, conduzido pela Directoria-Geral de Estatística, como o primeiro censo brasileiro (IBGE, 2023). Teve como meta o recenseamento de todos os habitantes do Império, nacionais e estrangeiros, livres e escravos, presentes ou ausentes, em 1º de agosto de 1872 (OLIVEIRA & SIMÕES, 2005, p. 292).

Anteriormente à 1872, houve algumas contagens eclesiásticas e oficiais, mas invariavelmente comprometidas por uma cobertura incompleta e ajustes distorcidos, feitos na contagem original (MERRICK & GRAHAM, 1981).

“Os censos nacionais de 1872 e posteriores foram afetados pela instabilidade política, bem como pela ineficiência administrativa. O censo de 1880 foi cancelado e os de 1890 e 1900, prejudicados pela falta de financiamento adequado e má administração, não foram completados.

Os censos planejados para 1910 e 1930 foram também cancelados devido às condições políticas adversas, enquanto o censo de 1920, embora concluídos com detalhes, foi comprometido, em parte, devido a um exagero reconhecido de 12%.” (MERRICK & GRAHAM, 1981, p. 45)

Com o Censo Demográfico de 1940, o Brasil atinge outro patamar no que se refere aos levantamentos estatísticos sobre a população. Após radical transformação da estrutura dos serviços de estatísticas do país, com a criação do Conselho Nacional de Estatística - CNE e do Conselho Nacional de Geografia - CNG, que, juntos, passaram a integrar o IBGE por força do Decreto-Lei n.º 218, de 26 de jan. de 1938 - o Instituto realizou, em 1º de setembro, o V Recenseamento Geral do Brasil (IBGE, 2023).

A partir de 1960, em função do aumento dos custos devido ao extraordinário crescimento da população brasileira desde os anos 30, o IBGE reorganizou o questionário de coleta do censo, criando um questionário básico, para ser respondido pelo universo dos

domicílios e um questionário mais amplo e detalhado para uma fração de amostra (OLIVEIRA & SIMÕES, 2005).

Depois de censos razoavelmente bons em 1940 e 1950, houve um retrocesso em 1960. Devido, mais uma vez, à instabilidade política e administrativa daquela década, a publicação do censo de 1960 foi interrompida, depois de concluídos apenas os volumes correspondentes a alguns poucos estados. Segundo Merrick e Graham (1981), somente no final da década posterior, foram divulgados os dados nacionais detalhados e definitivos.

O Censo Demográfico de 1970, de acordo com Oliveira e Simões (2005), é considerado um marco divisório na história dos censos demográficos brasileiros, tanto no que diz respeito à organização, à riqueza de detalhes, como à confiabilidade dos números e dados, que foram amplamente analisados nas duas décadas posteriores à sua realização, possibilitando novas oportunidades de análise dos fenômenos demográficos no Brasil (MERRICK & GRAHAM, 1981).

De acordo com Oliveira & Simões (2005), neste sentido, houve o fortalecimento e consolidação do mundo acadêmico e científico, incluindo as ciências sociais, com acentuado crescimento de instituições que realizavam análises e pesquisas em temas como a distribuição de renda, mercado de trabalho e educação, principalmente no que se referiam às expressivas desigualdades regionais.

“No campo dos estudos demográficos, instituições públicas e centros de pesquisa envolveram-se com as informações relativas ao crescimento populacional - a chamada 'explosão demográfica' - e aos níveis de fecundidade e, de forma bastante intensa, buscaram um diagnóstico e a mensuração dos fluxos e características dos movimentos migratórios, tradicionais e novos. Em se tratando de um momento inicial do processo de informatização das informações, o IBGE recebeu, ao longo da década, um grande número de pedidos de tabulações especiais com cruzamentos de variáveis socioeconômicas e demográficas específicas para os vários estudos então realizados.” (OLIVEIRA & SIMÕES, 2005, p. 293)

Os censos de 1980 e 1991 ampliaram a riqueza da investigação dos censos anteriores. De acordo com Oliveira e Simões (2005), o período que antecedeu e aquele que se seguiu ao Censo de 1991, foram fortemente marcados pelas demandas da sociedade e pelo início da discussão sobre a produção de estatísticas tanto com a sociedade civil como entre os formuladores das políticas públicas. A discussão entre o IBGE e amplos setores sociais resultou numa reformulação de alguns itens constantes do questionário de 1991 e na incorporação de novos no sucessivo Censo de 2000.

O Censo de 2010, XII Censo Demográfico, teve a coleta de dados iniciada em 1º de agosto do mesmo ano. A fase de coleta durou 3 meses e os primeiros resultados foram divulgados em dezembro de 2010. Teve um contingente de 190 mil recenseadores que aplicaram a pesquisa em 67,6 milhões de residências brasileiras, nos 5.565 municípios existentes no Brasil, à época (IBGE, 2023).

O Censo 2010 inovou no uso de novas tecnologias para a coleta de informações através de computadores de mão. Esta inovação trouxe, além do aperfeiçoamento no processo de coleta, a rápida divulgação dos dados (MOREIRA *et. al.*, 2012). Além disso, de acordo com o IBGE (2023), a utilização dos computadores de mão ampliou a capacidade de investigar novos temas e obter maiores garantias de qualidade, e ainda, pôde estender a aplicação dos questionários em populações específicas, como em Territórios Indígenas, por exemplo.

Dentro dos aperfeiçoamentos do Censo 2010, o IBGE migrou a Base Territorial, que integra as situações urbana e rural dos setores censitários⁴, e o Cadastro de Endereços para o ambiente gráfico e estruturado em bancos de dados geoespaciais. Os dados foram incluídos nos computadores de mão, o que permitiu aos recenseadores se orientar melhor no percurso que deveriam fazer durante o trabalho de campo (IBGE, 2023).

O último censo, programado para ser realizado no ano de 2020, aconteceu dois anos após previsto, devido às questões políticas, econômicas e, também, sanitárias. Em 2020, o Censo foi adiado pelas emergências devido à pandemia da Covid-19 e no ano seguinte, devido ao corte de orçamento para a pesquisa. O censo foi realizado no ano posterior, em 2022. O Questionário Básico do Censo Demográfico de 2022 contém 26 quesitos referentes às informações das características do domicílio dos moradores. Além disso, uma parcela dos domicílios foi selecionada para responder ao questionário da Amostra, com 77 quesitos que abrangeram quesitos sobre temas mais específicos, inclusive migrações. De acordo com o IBGE (2023), a coleta de dados para o Censo 2022 foi realizada entre os meses de agosto de 2022 e fevereiro de 2023, com o encerramento da etapa de apuração no final do mês de maio de 2023, cujos resultados iniciais foram divulgados no dia 28 de junho de 2023.

O IBGE (2023), destacou, ainda, que dentre além dos desafios já apontados do Censo 2022, destacam-se algumas mudanças estruturais na sociedade que impactam diretamente na operação do recenseamento, como o aumento dos domicílios unipessoais, mudanças de mercado de trabalho e questões relacionadas à segurança que dificultam o acesso dos recenseadores aos recenseados. Outra deficiência, reconhecida pelo IBGE, foi na campanha de divulgação do Censo. Em contrapartida, informações falsas eram disseminadas para a população que demandou, por parte do IBGE e com a colaboração da imprensa, ações para mitigá-las, ou pelo menos, minimizar seus impactos na cobertura do Censo.

⁴ “É a menor porção de área utilizada pelo IBGE para planejar, coletar e disseminar os resultados dos Censos e Pesquisas Estatísticas. Para o Censo 2022, o Brasil foi dividido em 452 mil setores censitários.” (IBGE, 2022)

Os naturais, as pessoas jurídicas de direito público e privada que estão sob jurisdição da lei brasileira são obrigadas a prestar informações solicitadas pelo IBGE, visando a execução do Plano Nacional de Estatística⁵, e ainda assim, houve relatos de recenseadores que muitas pessoas recusaram responder a pesquisa.

No final de dezembro de 2022, o IBGE entregou, junto à Nota Metodológica, a Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico de 2022 coletados até o dia 25/12/2023. Na ocasião, não haviam sido finalizadas as coletas em todos os municípios do país. 4.410 municípios foram considerados coletados e a população considerada foi aquela observada na pesquisa com o devido tratamento da não-resposta, por meio de reponderação. Já dos 1.160 municípios não totalmente coletados, a população total foi composta pela soma da população observada nos setores censitários considerados como coletados com a população estimada dos setores não totalmente coletados. A população oriunda dos setores coletados recebeu um tratamento de não resposta diferenciado. A prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022, até 25/12/2022, foi de 207.750.291 pessoas (IBGE, 2022).

Encerrou-se a cobertura da coleta domiciliar do Censo Demográfico, em 28 de maio de 2023, alcançando 195 milhões de pessoas recenseadas, ou seja, 91% da população prevista, gerando a imputação de 9% da população. Em seguida, deu-se início a Etapa de Apuração dos Dados do Censo, pelo Comitê de Fechamento do Censo (CFC), que durou um período de exatos 3 meses para o comunicado de sua finalização, em 28 de maio de 2023. A partir desta data, iniciou-se a Pesquisa de Pós-Enumeração (PPE), que compõem o Censo 2022 (IBGE, 2023).

A divulgação dos Primeiros Resultados de População e Domicílio do Censo Demográfico 2022, ocorreu em 28 de junho de 2023, apresentando um conjunto de informações básicas sobre os totais populacionais e de domicílios no país em diferentes níveis geográficos e recortes, além dos diversos indicadores derivados dessas informações, como a média de moradores por domicílio, a densidade demográfica e a taxa de crescimento anual da população e dos domicílios (IBGE, 2023).

4.2. Quesitos sobre migração utilizados nos censos demográficos brasileiros

Em um país de extensões continentais como o Brasil, para entender os processos de grandes magnitudes, como as migrações, é necessário um esforço de compreensão,

⁵ A Lei n.º 5.534, de 14 de novembro de 1968, dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas e assegura o caráter sigiloso das prestações prestadas.

aperfeiçoamento de técnicas e metodologias capazes de explorar, tanto quanto possível, os dados disponíveis (RIGOTTI, 1999).

No Brasil o início dos estudos sobre movimento de população estão relacionados à aceleração da urbanização, cuja interface é o êxodo rural. Porém, esses estudos referente às migrações sofrem algumas restrições devido às limitações de dados, sobretudo nas pesquisas censitárias anteriores à 1970 (MENEZES, 2000).

Merrick e Graham (1981), ao analisar as tendências das migrações internas a longo prazo, 1890 a 1971, nos apresentam que a falta de dados fidedignos sobre taxas vitais em nível estadual e regional no Brasil, limita a aplicação do método de bioestatísticas.⁶ Grande parte do que se podia fazer com os dados brasileiros, até recentemente, baseava-se no método de razão de sobrevivência⁷.

Para a mensuração dos saldos migratórios, de acordo com Rigotti (2011), eram utilizadas duas formas: indireta ou direta. Em relação à primeira, a ideia é tomar a população base em uma data censitária e projetá-la na data do censo seguinte, utilizando apenas as componentes do crescimento natural (taxas de fecundidade e mortalidade). A diferença entre esta população esperada e a população de fato observada no segundo censo seria resultante do saldo migratório líquido do período. Sendo assim, a mensuração indireta deve ser entendida como o tratamento de dados não diretamente ligados à migração e que, adotadas certas hipóteses ou pressupostos, permite obter, geralmente por resíduo, estimativas de migração. Já a mensuração direta, entende-se aquela que lida com os dados obtidos como resposta diretamente ligadas à migração, relacionados aos quesitos sobre migrações disponíveis nos censos demográficos (CARVALHO, 1981, p. 533; RIGOTTI, 2011, p.144-145).

Os quesitos sobre migrações foram indicados pela Organização das Nações Unidas - ONU, através do Manual VI da ONU (United Nations, 1970), revistos pelos Princípios e Recomendações para Recenseamentos Populacionais e Habitacionais (United Nations, 2008) e sugerem a inclusão nos censos demográficos. Segundo Rigotti (1999), questões de ordem operacional e de custos impõem restrições na inclusão destes quesitos nos censos, que

⁶ “Os dois métodos indiretos mais comumente usados são as bioestatísticas (ou equação compensadora), que estabelecem a migração como a diferença entre a taxa total de aumento da população e a taxa de crescimento vegetativo, para cada estado e região, e o método da razão de sobrevivência, que determina o número de migrantes num período entre dois censos, comparando os sobreviventes por região (os que não morreram no período entre os censos) em cada faixa etária de um censo anterior com a população real dessa faixa, no censo seguinte.” (MERRICK & GRAHAM, 1981, p. 158)

⁷ “As taxas de sobrevivência são determinadas seja a partir de tábuas de mortalidade (método das tábuas de mortalidade) ou pela comparação das distribuições por idade em nível nacional nos dois censos (método de sobrevivência entre censos).” (MERRICK & GRAHAM, 1981, p. 158)

“As exigências básicas de dados para estimativa dos fluxos de migração pelo método de sobrevivência são a exata distribuição por idade em nível regional e estadual e a ausência de diferenças significativas na mortalidade e nos fluxos internacionais de migração para estados e regiões. Essas exigências são necessárias porque o método de sobrevivência utiliza razões que foram determinadas para a população nacional (seja a partir de tábuas de mortalidade ou de comparação dos dois censos) para calcular os ‘sobreviventes’ da distribuição por idade de um censo anterior, para a comparação com os números reais registrados num censo subsequente como a estimativa da migração interna líquida do período entre os censos.” (MERRICK & GRAHAM, 1981, p. 158-159).

buscam atender, de forma satisfatória, às demandas dos pesquisadores. São dotados de vantagens e limitações. Os principais quesitos sobre migração inseridos nos censos brasileiros são: “lugar de nascimento”, “duração de residência”, “lugar de última residência” e “lugar de residência em uma data fixa do passado”. As definições e limitações de cada um destes quesitos encontram-se no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1. Quesitos sobre migração			
Quesito	Sigla	Descrição	Limitações
Lugar de nascimento	-	Um dos principais quesitos referente à migração. A resposta a esta questão depende do nível de desagregação espacial, previamente definido: município, estado, região, país, etc. Com base neste quesito, a população pode ser classificada em dois grupos básicos: migrantes, as pessoas que foram recenseadas fora do lugar de nascimento e não-migrantes são todos aqueles recenseados no lugar de nascimento.	A resposta a este quesito pode conter erro, apesar de aparente facilidade de compreensão. Nem sempre quem responde o questionário do censo é o chefe do domicílio ou seu cônjuge. Portanto, quem responde pode não saber o local de nascimento de todas as pessoas residentes no domicílio. Em alguns casos, omite-se o verdadeiro lugar de nascimento por razões políticas, ou de prestígio, ou pelo próprio desconhecimento das fronteiras administrativas. A questão temporal é outra limitação. A ausência de informações quanto à data em que se deu a migração, pois ela pode ter ocorrido poucos dias antes do censo ou algumas dezenas de anos atrás. Quando há somente essa informação sobre migração, apenas se conhece a origem primeira (local de nascimento) de toda trajetória migratória, muitas vezes complexa e constituída de várias etapas intermediárias. Além disso, todos aqueles recenseados na área de nascimento são considerados não-migrantes, independente de terem saído para um ou mais locais diferentes do lugar de nascimento, isto é, a migração de retorno é excluída.
Duração de Residência	DUR	A principal informação deste quesito refere-se ao tempo em que se deu o último movimento dos migrantes acumulados, ou seja, estes dados fornecem uma distribuição de imigrantes acumulados e de retorno, pelo tempo da última chegada, ou uma classificação por coortes de migrantes. Com este quesito consegue-se realizar a análise da história migratória da área de estudo.	O dado sobre duração de residência em determinado lugar não possibilita, por si só, informações sobre emigração e migração líquida. Outra limitação é a incapacidade de distinguir imigrantes provenientes de uma determinada área e migrantes internos.
Lugar de Última Residência	LUR	Permite identificar as pessoas como migrantes quando essas residiam em local diferente da origem, independente de terem ali nascido. No grupo dos migrantes estarão incluídos todos os que já moraram fora da área de nascimento. Neste quesito é possível identificar os migrantes de retorno.	Não possui referência temporal. Pessoas que migraram há muitos anos atrás estarão classificadas juntamente com aquelas que se mudaram há pouco tempo.
Lugar de Residência em Uma Data Fixa Anterior	DFIX	Este quesito verifica o lugar de residência em uma determinada data do passado, normalmente, um ano ou cinco anos anterior à data do recenseamento. Será identificado como migrante aquele que residia em lugares diferentes nas duas datas, enquanto o não-migrante, no mesmo local. Este quesito permite o cálculo de todas as medidas convencionais de migração: imigrantes, emigrantes e saldo migratório. Além disso, os lugares de origem e destino são identificados, o período dentro do qual ocorre é bem determinado e o conceito de migrante é facilmente definido.	Uma pessoa costuma esquecer com mais frequência do local onde residia em uma data determinada, do que de onde ela veio, ou de quanto tempo reside no lugar atual.

Fonte: Adaptado de RIGOTTI, 1999.

Dados dos recenseamentos recentes permitem uma abordagem um pouco mais variada da medida da migração interna desde 1940, embora exista ainda um grande hiato devido à falta de dados detalhados do censo de 1960 (MERRICK & GRAHAM, 1981).

Sobre o Censo de 1960, além da falta de dados, sua divulgação deu-se apenas no final da década seguinte e, no que se refere aos dados de migração, foram registrados apenas: naturalidade da pessoa (UF ou país estrangeiro), nacionalidade (brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro), a procedência apenas dos naturais (rural ou urbana), o tempo de imigração e lugar de residência anterior (UF ou país estrangeiro) (RIGOTTI, 2011).

“Assim como o lugar de nascimento, o lugar de última residência isoladamente não possui uma referência temporal. Pessoas que migraram há muitos anos atrás estarão classificadas juntamente com aquelas que se mudaram há pouco tempo. Não obstante, uma diferença do quesito lugar de última residência em relação ao lugar de nascimento é que o primeiro reflete o movimento direto entre lugares, enquanto o segundo ignora todo o movimento intermediário entre a saída do local de nascimento e a chegada do lugar de residência na data do censo.” (RIGOTTI, 2011, p. 145)

A partir dos dados do Censo de 1970, é possível ter uma estimativa dos fluxos de migração inter-regional, uma vez que, consegue-se tabular os dados da população por local de nascimento, residência atual e duração da residência atual. Mas permanece a limitação do censo de 1960, pois só respondem os quesitos sobre migrações aqueles que não são naturais do município. A referência temporal é um problema difícil com estes dados, devido à possibilidade de erros de memória e de retorno, ou de nova migração. Ainda assim, são úteis como complemento e um controle das estimativas da razão de sobrevivência. (MERRICK E GRAHAM, 1981, p. 166; RIGOTTI, 2011, p. 146). Diversos autores classificam o Censo de 1970 como o grande banco de dados para a análise dos processos migratórios ocorridos no Brasil.

Para Rigotti (2011), a combinação dos quesitos lugar de última residência e duração de residência torna a análise migratória muito mais rica, uma vez que as coortes e os fluxos de migração podem ser identificados, assim como o período da imigração pode ser estudado.

No Censo Demográfico de 1980, a limitação referente à falta de dados para a identificação da migração de retorno foi superada. De acordo com Rigotti (2011), o censo daquele ano foi considerado de grande avanço em relação aos anteriores, pois perguntou se a pessoa havia realizado a migração intra-municipal entre os setores rurais e urbanos, além do nome do município de residência anterior para todos aqueles que residiam há menos de dez anos no município. Segundo, Carvalho e Machado (1992), a primeira informação era fundamental para os estudos sobre os fluxos migratórios entre os setores rural e urbano, uma vez que boa parte da migração rural e urbana se dá dentro do próprio município, mesmo não sido perguntado ao recenseado quando se dava a mudança, tendo-se informações apenas do

total de migrantes intra-municipais, sem levar em consideração a questão temporal. Já a contribuição do nome do município de residência anterior, permitiria um eficiente mapeamento da trajetória migratória (última etapa das migrações intermunicipais), que anteriormente à introdução deste quesito, se limitava à Unidade da Federação.

“Os dados [referentes às migrações] se limitavam à Unidade da Federação onde se localizava o município de residência anterior, o que era insuficiente, em vista do tamanho e da heterogeneidade dos estados brasileiros. Esse dado, que pode ser considerado o grande avanço do Censo de 1980 sobre o tema (causou, inclusive, um acréscimo razoável dos custos censitários, principalmente os de codificação), foi muito pouco usado pelos pesquisadores, em parte devido à complexidade na utilização das fitas magnéticas, uma vez que não foi publicado nos volumes censitários.” (MACHADO & HAKKERT, 1988 *apud* CARVALHO & MACHADO, 1992, p. 23)

O Censo de 1991 seguiu a tendência de esforços para aperfeiçoamento das informações sobre as migrações internas. Introduziu-se a pergunta do nome do município e da Unidade da Federação onde residia o indivíduo há exatamente cinco anos atrás (1º de setembro de 1986) e a situação de domicílio, sem abrir mão das informações sobre a última etapa (CARVALHO & MACHADO, 1992). De acordo com Rigotti (1999), a inclusão de um simples quesito, a indagação do lugar de residência há exatamente 5 anos atrás, permite uma série de estudos. Ainda mais que os quesitos do censo anterior foram mantidos na pesquisa, servido de grande utilidade para a compreensão do fenômeno migratório.

Para Rigotti (2011), neste Censo, foram incluídos praticamente todos os quesitos importantes sobre as migrações internas. Sobre o quesito data fixa, especificamente, algumas das vantagens é que ele permite o cálculo de todas as medidas convencionais de migração: imigrantes, emigrantes e saldo migratório.

A série de avanços foi interrompida no censo da década seguinte. No Censo de 2000, o quesito “último município de residência” deixou de ser perguntado, retrocedendo os dois últimos censos, comprometendo-se, por exemplo, a análise das etapas migratórias. Os demais quesitos do Censo de 1991 foram mantidos, por este motivo, ainda foi possível realizar estudos das coortes de migrantes, segundo local de destino, mas o nível de agregação da procedência é apenas a UF. Isso foi particularmente limitante, considerando que os fluxos migratórios brasileiros no final do século XX foram essencialmente regionalizados e não mais de longa distância como fora no período de rápida industrialização e urbanização, a partir da década de 1950 (RIGOTTI, 2011).

No Censo de 2010, volta-se a contar com a informação de última etapa contendo a origem municipal, manteve-se a informação de data fixa e incluiu um quesito de emigração internacional - perguntou se alguma pessoa do domicílio estava morando no exterior, a data de nascimento desta pessoa, o ano de partida e o país de residência (RIGOTTI, 2011).

No questionário de amostra do Censo de 2022, os quesitos sobre migrações inseridos foram:

1 - Local de nascimento (no mesmo município de nascimento do recenseado, em outro município do Brasil - nome do município, qual o estado, em caso de outro país, nome do país);

2 - Se o recenseado já morou em outro município do Brasil ou país estrangeiro.

3 - Qual a nacionalidade do recenseado. (Se brasileiro nato, naturalizado brasileiro ou estrangeiro);

4 - Se estrangeiro, em que ano fixou residência no Brasil.

5 - Tempo em que o recenseado mora naquele município que se encontrava no momento da pesquisa.

6 - Onde morava antes de mudar-se para aquele município que se encontrava no momento do Censo 2022 (nome do município, estado ou país).

7 - Perguntou-se local de residência em data fixa anterior ao Censo. Neste caso, onde o recenseado morava em 31 de julho de 2017 (município, estado e país).

Os resultados dos dados e análises dos dados de migrações ainda não foram divulgados pelo IBGE.

As respostas às perguntas sobre deslocamentos para estudo e/ou trabalho podem nos revelar algumas questões sobre migrações internas e movimentos pendulares, apesar de não se encontrarem no módulo específico sobre migrações (internas e estrangeiras) do questionário da amostra, e sim nos módulos sobre estudo e trabalho, respectivamente.

Conhecimento acerca dos dados sobre migrações coletados no censo e das análises realizadas através deles, como taxas e saldos migratórios é importante para uma compreensão ampliada de como são identificados os fluxos e as tendências do movimento da população. Assim como, a análise das inter-relações das migrações internas e os impactos socioambientais pode ser realizada de maneira panorâmica.

4.3. Estudos sobre as migrações internas

4.3.1. Contextualização histórica, política e econômica do Brasil

Na história brasileira há períodos históricos e políticos bem marcados. Após a chegada dos colonizadores portugueses no ano de 1500, o país tornou-se colônia de Portugal, período colonial que se seguiu até 1822. Desta data até a Proclamação da República, em 1889, deu-se o período do Brasil Imperial. Até os dias atuais, o país encontra-se no regime de República.

Do final do século XIX, até 1930, os presidentes do Brasil foram eleitos de forma regular. A tradição democrática foi interrompida no período de 1930-1934 e de novo, no período de 1937-1945, quando Getúlio Vargas, apoiado pelos militares, governou por decreto.

Após a II Grande Guerra, o país experimentou sucessivos regimes democráticos até a ditadura militar de 1964, que teve duração de duas décadas, com o fim em 1985 (WOOD & CARVALHO, 1994). A partir de então, o país foi redemocratizado, importante fato político e histórico selado com a promulgação da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988⁸.

O período republicano foi, então, dividido pode ser dividido da seguinte forma: Primeira República ou República Velha (1889-1930); Governo Provisório (1930-1934); Constitucional de Vargas (1934-1937); Estado Novo (1937-1945); Ditadura Militar (1964-1985); e Nova República (1985 até os dias atuais).

De acordo com Wood e Carvalho (1994), na maior parte da história, a sociedade brasileira tem sido predominantemente agrária. Do período colonial em diante, a economia do país, orientada para exportação, dependia grandemente de uma série de produtos tais como madeiras de lei, açúcar, borracha, algodão e café.

A partir da II Grande Guerra, a economia, especialmente do setor industrial, cresceu em tamanho e complexidade. Dois ciclos de crescimento mostram-se particularmente importantes no pós-guerra. Sendo: i) o período de industrialização, via substituição de importações - do início da década de 50 até meados de 1960; ii) período de abertura da economia, via exportação, a partir da década de 1960 (WOOD & CARVALHO, 1994, p. 8).

O contexto histórico, político e econômico do país está intimamente ligado às mudanças sociais e demográficas, sendo relevantes para as análises da ocupação e mobilidade da população.

E ainda, para estas análises, torna-se crucial captar as diferenças regionais nos estudos da população e do desenvolvimento do Brasil. A divisão em cinco macrorregiões: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, facilitam a organização das várias perspectivas sobre as características mais relevantes da diversidade espacial brasileira (WOOD & CARVALHO, 1994).

4.3.2. A compreensão da migração interna como fenômeno demográfico

Compreende-se migração como deslocamentos específicos da população sobre o espaço, com locais de partida e chegada definidos, nem sempre fixos, e que possuem vários fatores que os influenciam.

Sob a perspectiva de dependência histórica, nas quais as migrações internas estariam condicionadas, Singer (1978) conceituou os fatores de atração e expulsão. Para o autor, os

⁸ Promulgada a Constituição Federal, que institui o país como Estado Democrático, destinada a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Distrito Federal, 05 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso: 21 jun. 2023, às 14:40.

fatores de expulsão que levariam às migrações são de duas ordens: de mudança e estagnação.

“(...) fatores de mudança, decorrem da introdução de relações de produção capitalistas nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses, a expulsão de agregados, parceiros e outros agricultores não proprietários, tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a consequente redução do nível de emprego (...); fatores de estagnação, manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários.” (SINGER, 1978, p. ??)

Os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam. Entre fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, que irá proporcionar “oportunidades econômicas”, que constituem um fator de atração na medida em que oferecem uma remuneração mais elevada que a que o migrante poderia receber na área de onde provém (SINGER, 1978).

Nesse sentido, por exemplo, Singer (1978), formulou a hipótese da existência de tipos historicamente definidos de migrações condicionadas pela industrialização⁹.

Os movimentos migratórios internos no Brasil, a partir da metade do século XX até os primeiros anos do século XXI, estão fortemente relacionados aos processos de urbanização e de redistribuição espacial da população, marcados pela intensa mobilidade populacional. Neste contexto, os clássicos fatores de atração e expulsão se esgotam para as explicações dos fenômenos migratórios. Para análise das migrações ocorridas no século XXI, a autora introduz o conceito de “Rotatividade Migratória” (BAENINGER, 2012).

O conceito de rotatividade migratória, trata-se, a priori, de um fenômeno eminentemente urbano e que constitui um fato social total. Assim, a imigração e a emigração fazem parte de um mesmo processo social, sendo um fenômeno que comporta transformações na esfera social, na dimensão econômica e cultural, no local de partida e de chegada. O segundo ponto, sobre o conceito, trata-se da expansão clássica do capitalismo com a circulação de capital, mercadorias e pessoas, construindo um excedente populacional gerado tanto na área de origem como na área de destino, que será rotativo dependendo das necessidades do capital e da inserção dessas localidades na divisão social e territorial do trabalho. A rotatividade da mão de obra, na perspectiva da rotatividade migratória, contribui

⁹ “A análise do processo de industrialização mostra, no entanto, que seu caráter tem sofrido modificações profundas, que levam a distinguir pelo menos três modalidades de industrialização: a) Revolução Industrial “original”, que começou no século XVIII, na Inglaterra e rapidamente se expandiu na Europa Ocidental e Central e na América do Norte, da qual resultou o sistema econômico dos países capitalistas desenvolvidos de hoje em dia; b) a industrialização de países de economia centralmente planejada, iniciada na União Soviética com o Primeiro Plano Quinquenal (por volta de 1930) e que hoje tem lugar em vários países da Europa Oriental, Ásia e América (Cuba); c) a industrialização em moldes capitalistas, igualmente recente, das ex-colônias da América Latina, Ásia e África.” (SINGER, 1978)

para o entendimento das demandas e custo da força de trabalho nos locais de chegada e partida (BAENINGER, 2012).

Pressupõe-se ainda no contexto da rotatividade migratória, de acordo com Baeninger (2012), a dimensão espacial para o entendimento dos processos migratórios e, mais que isto, seus espaços de vida, com idas e vindas, retornos, temporalidades limitadas. Constitui, assim, os espaços sociais da migração.

Também em Singer (1978), foi admitido o caráter da migração interna como um processo social, supondo que existem causas estruturais que impulsionam determinados grupos a se deslocar. Estas causas são quase sempre de fundo econômico e atingem os grupos que compõem a estrutura social do lugar de origem de um modo diferenciado.

“Se a unidade migratória deixa de ser o indivíduo para ser o grupo, também deixa de ter sentido investigar-se a migração como um movimento de indivíduos num dado período entre dois pontos, convencionalmente considerados como de origem e de destino. Quando uma classe social se põe em movimento, ela cria um fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e destino. É o fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e destino. É o fluxo migratório originado por determinados fatores estruturais, que determinam o seu desdobramento no espaço e no tempo, o primeiro objeto de estudo. Uma vez compreendido o fluxo, as suas causas e fatores condicionantes, determinados movimentos que o compõem podem ser investigados isoladamente. A hipótese básica, no entanto, é que o fluxo determina os movimentos unitários e estes só podem ser compreendidos no quadro mais geral daquele.” (SINGER, 1978, p. 52)

Wood e Carvalho (1994) refutam o conceito de Singer (1978). Para os autores, dizer que mudanças na fecundidade, mortalidade e migração só podem ser entendidas se analisadas dentro de um contexto social mais amplo, no qual as transformações demográficas ocorrem, significa, atualmente, “*pouco mais que sabedoria popular*”, na palavra dos autores. No entanto, para esta perspectiva teórica e empírica, ainda não surgiu um paradigma central que faça, sistematicamente, a ligação entre a mudança estrutural e comportamento demográfico dos países em desenvolvimento.

“As tentativas, feitas no âmbito da demografia contemporânea, de analisarem-se as relações existentes entre população e desenvolvimento são frequentemente deficientes, pois trabalham com categorias predominantemente demográficas: as variáveis populacionais e as relações que afetam diretamente a fecundidade, a mortalidade e a migração suplantam as variáveis econômicas e políticas, que são geralmente, relegadas a um segundo plano.” (BULATÃO & LEE, 1983; BONGAARTS & POTTER, 1983; STOKES & SCHUTJER, 1984, p. 197. apud WOOD & CARVALHO, 1994, p. 19-20)

Apesar das críticas, o entendimento do fenômeno como processo histórico-social, conforme apresentado por Singer, pode ser considerado como a raiz do entendimento também para os processos migratórios atuais. O contexto macro presente no enfoque

histórico-estrutural contribui para construção da relação entre etapa da economia e movimentos migratórios específicos. Porém as localidades de partida e chegada não se configuram mais como as antigas áreas de origem e destino conforme pensadas para a migração rural-urbana, desde suas formulações clássicas. O expressivo retorno migratório revela configurações da migração e de trajetórias urbanas-urbanas não contempladas nos conceitos datados em seu tempo histórico (BAENINGER, 2012, p. 93; BAENINGER, 2012, p. 7).

Para Baeninger (2012), o fenômeno migratório atual apresenta especificidades que indicam tanto sua complexidade, advinda do processo de reestruturação urbana e econômica, quanto seu importante papel na conformação de espaços regionais e locais. Neste sentido, conduz à substituição de conceitos historicamente datados, tais como: a) áreas de evasão por áreas de perdas migratórias; b) áreas de atração ou absorção por áreas de retenção migratória; c) áreas de origem e destino por áreas/etapas constituintes dos processos de rotatividade migratória.

Duas dimensões estão particularmente presentes na redefinição desses processos: em primeiro lugar, a própria reversibilidade dos diferentes fluxos migratórios, em especial as oscilações nos volumes de emigração e imigração e suas novas modalidades. Em segundo lugar, a menor permanência das condições da migração para a caracterização das áreas.” (BAENINGER, 2012, p. 88)

O panorama para a compreensão das migrações internas no início e primeiros anos do século XXI, se amplia. Não restringindo as explicações das migrações apenas pelos movimentos estruturais ou conjunturais da dinâmica brasileira. Neste sentido, considera-se que a penetração e expansão do capitalismo na ordem global expressam novos arranjos das migrações internas que refletem e são refletidas na lógica externa redesenhada pela divisão internacional e territorial do trabalho (BAENINGER, 2012).

“Além do contexto nacional, é preciso incorporar as transformações advindas da nova divisão social do trabalho no mundo (HARVEY, 1992; SASSEN, 1988 apud BAENINGER, 2012). A inserção periférica de espaços nacionais no âmbito da atual globalização passa a incluir dinâmicas locais ao sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1974 apud BAENINGER, 2012).”

Segundo Baeninger (2012), a redefinição da relação migração-industrialização, migração-fronteira agrícola, migração-desconcentração industrial, migração-emprego, migração-mobilidade social no contexto atual da economia e da reestruturação produtiva, em anos recentes, induziu um novo dinamismo às migrações no Brasil, onde os fluxos mais volumosos são compostos de idas-e-vindas, refluxos, re-emigração e outras etapas, onde as migrações assumem um caráter mais reversível do que nas explicações que pautavam até o final do século XX. Essa reversibilidade diz respeito tanto às áreas de origem, com um crescente vai-e-vem, como às de destino, com o incremento da migração de retorno.

4.4. Migrações internas no Brasil

A ocupação e distribuição populacional deste país está diretamente associada a ciclos econômicos, especialmente aqueles voltados à exploração dos recursos naturais.

Desde a época colonial, o Brasil caracterizou-se por um alto grau de concentração e ocupação do solo numa faixa de pouco mais de 300 km de largura ao longo do litoral do Atlântico, do Nordeste ao Sudeste. De acordo com Merrick & Graham (1981), as regiões Centro-Oeste e Norte (Amazônia), representam 65% de todo território brasileiro, e em 1950, encontrava-se ocupada com 7% da população, apenas, chegando a 10% em 1970. Em contrapartida, as regiões Sudeste e Nordeste no final do período colonial encontravam-se com 89% da população e em 1970, com mais de 70%.

A ocupação e distribuição territorial do país, como era dada, foi sofrendo modificações de acordo com o contexto econômico do país. No período entre a Independência do Brasil e meados do século XIX, a economia cafeeira se expandiu fragmentada pelo território, período de primórdios fluxos migratórios regionais. Dá-se origem, assim, a um “arquipélago de regiões” economicamente fragmentadas, com metade da população concentrada no Nordeste, Rio de Janeiro e Minas Gerais (BRITO, 2004).

No período de 1950 à virada do século e seus respectivos primeiros anos, os movimentos migratórios internos no Brasil foram relacionados aos processos de urbanização e de redistribuição espacial da população, marcados pela intensa mobilidade populacional e, inseridos nas distintas etapas econômicas, sociais e políticas experimentadas pelo país (BAENINGER, 2012, p. 77).

Nos primeiros anos da virada do século, de acordo com Baeninger (2012), os processos migratórios nacionais, imersos em um novo contexto socioeconômico e urbano, imprimem espaços da migração marcada por diferentes condições migratórias, caracterizadas por áreas de retenção de população, áreas de perdas migratórias e áreas de rotatividade migratória.

A seguir, as migrações internas ocorridas no Brasil foram analisadas num contexto cronológico, inserindo as perspectivas das etapas econômicas, sociais e políticas nas quais o país experimentou e apresentadas a seguir.

4.4.1. As migrações internas do Brasil na linha do tempo

A criação da Lei de Terras, aprovada em 1850, impôs severas restrições à posse de terras por parte do pequeno proprietário, favorecendo os latifúndios e a transição para o trabalho assalariado. O Estado subsidiou a entrada e a mão-de-obra estrangeira, reduzindo a necessidade dos deslocamentos da mão-de-obra nativa. Isto deu-se, pois o governo imperial

concedeu algumas vantagens à pequena propriedade necessárias à constituição de colônias agrícolas, favorecendo, no entanto, a imigração estrangeira. Realmente, grande parte das províncias do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul já haviam sido destinadas às companhias de colonização (IBGE, 2022).

A mão-de-obra escrava, do ponto de vista demográfico, decresceu significativamente até a abolição da escravatura, em 1888. Durante boa parte do Segundo Reinado de D. Pedro II, entre 1854 e 1872, a importação líquida de escravos correspondia a 16% do incremento da população livre. Entretanto, isso não impediu uma expressiva migração de escravos da economia açucareira decadente do Nordeste para o mercado cafeeiro do Sudeste (IBGE, 2022).

Este era o cenário na metade do século XIX no Brasil; o comércio entre as províncias gerou expressiva mobilização de escravos do Nordeste para o Sudeste e ainda, deu-se início à emigração da população livre nordestina para o Norte, para as regiões cafeeiras e para o Município da Corte¹⁰. Apesar dessa emigração, em 1872 mais da metade da população livre brasileira ainda residia no Nordeste, grande parte no semiárido, cuja mão-de-obra era absorvida pela expansão da economia do algodão.

A expansão da produção do café fez com que a população livre em São Paulo crescesse a 4% ao ano, entre 1872 e 1887, devido à entrada de migrantes nativos vindos de outras províncias e ainda da contribuição da migração internacional, mesmo que modesta. A contribuição pelo crescimento natural da população era pouco maior que 1,7% (IBGE, 2022).

Neste período, o Nordeste do Brasil sofria com as rigorosas secas, além da estagnação econômica de suas exportações tradicionais de algodão no Ceará e açúcar em Pernambuco e com altas taxas de mortalidade. Estes fatores influenciaram na redistribuição regional da população para São Paulo, com a contribuição ainda da imigração internacional. Além disso, ocorreu a transferência inter-regional de escravos para o Sul e, em menores proporções, da migração de trabalho livre do Nordeste para o Sul e para o surto da borracha no Norte. (MERRICK & GRAHAM, 1981, p. 156).

O fim do regime escravista e a Proclamação da República colocaram a sociedade brasileira no caminho de uma sociedade urbano-industrial moderna. Indústrias têxteis e outros ramos de indústrias leves foram implantadas (...) Outras atividades econômicas se desenvolveram a partir da cultura do café (...) A população aumentou e as cidades cresceram (PATARRA E RAMOS, s.d. *apud* CAMARANO, 2014, p. 87).

¹⁰ Unidade administrativa criada no período relativo ao Império do Brasil, criado pelo Ato Adicional à Constituição de 1824, que existiu no território correspondente ao município do Rio de Janeiro, assim sendo até à Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Fonte: História do Rio para todos. Disponível em: <https://historiadorioparatodos.com.br/timeline/1834-a-cidade-no-mapa-municipio-neutro/>, acesso: 08 jun. 2023, às 19:53.

O dinamismo da economia cafeeira gerou excedentes que diversificaram a indústria e suas atividades complementares. A consequência foi o inchaço de áreas urbanas, causado pelas migrações internas. Entre os censos de 1890 e 1900, o município de São Paulo teve um aumento de 65 mil habitantes, e o estado tornando-se o segundo maior do país, atrás apenas do Rio de Janeiro (MERRICK & GRAHAM, 1979).

As migrações internas não se restringiram às áreas cafeeiras: a região Norte recebia trabalhadores para as atividades de extração da borracha, assim como o Rio Grande do Sul para as atividades do charque. O ciclo da borracha atraiu desde essa época, até 1920, um fluxo migratório expressivo para a Amazônia (CAMARANO, 2014, p.86).

Mesmo com a Grande Depressão de 1929, o governo brasileiro não deixou de estimular a ocupação de novas terras para o plantio do café (LOPES, 1980). Enquanto continuava a demanda por mão-de-obra no Sudeste e no Sul, a entrada de imigrantes europeus se reduzia rapidamente. As correntes migratórias internas, que antes se formavam lentamente, começaram a atingir novo patamar (BALÁN, 1973).

No decênio seguinte, o norte do Paraná recebeu correntes de migrantes procedentes dos estados vizinhos, São Paulo e Rio Grande do Sul e também de Minas Gerais e do Nordeste. A extensão geográfica da cafeicultura prosseguiu para áreas do Mato Grosso do Sul, Goiás, além de Minas Gerais e, de maneira inédita, para outras faixas do Centro-Oeste e Maranhão. Juntos, os estados do Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul e Maranhão denominavam-se, segundo Martine e Camargo, 1984, *apud* Rigotti *et. al.*, 2022, p. 7, como a “fronteira consolidada”.

Deve-se acrescentar à análise sobre o crescimento da população, a transição demográfica, que se deu no período das décadas de 1930-1940, até meados da década de 1960, quando a redução da fecundidade se soma à queda da mortalidade. De acordo com Rigotti *et. al.*, 2022, p. 7, no longo prazo, esta dinâmica determinava o crescimento demográfico, mas este também é o reflexo da redistribuição espacial da população no território nacional. Neste sentido, não só apenas os setores industrial e de serviços nas áreas urbanas adquirem papel de destaque, mas também a expansão das fronteiras agrícolas. Inclusive, na Amazônia Legal.¹¹

Os movimentos migratórios internos no Brasil, a partir de 1950, estão fortemente associados aos processos de urbanização e de distribuição espacial da população, marcados pela intensa mobilidade populacional, e inseridos nas distintas etapas econômicas, sociais e políticas (BAENINGER, 2012).

¹¹ A Amazônia Legal foi definida pela Lei Complementar n.º 124, de 03 de janeiro de 2007. É dividida em duas partes: a Amazônia Ocidental, composta pelos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, e a Amazônia Oriental composta pelos Estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso. IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=sabia-mais>, acesso em 11 jun. 2023, 19:19.

Na década de 1950, a população brasileira cresceu aproximadamente 3,0% ao ano, consequência da continuidade da transição demográfica, adicionada ao processo de urbanização e industrialização do país. Áreas como Nordeste, Minas Gerais, porções do Sul do país, sofreram concentração fundiária muito grande. Assim, as pessoas destas regiões migraram em busca de novas oportunidades. Rio de Janeiro e São Paulo foram as cidades que mais receberam os emigrantes das áreas rurais, embora o Paraná e o Centro-Oeste tenham absorvido 1,5 milhão de pessoas (MAAKAROUN, 2023).

Nesta década, as grandes áreas metropolitanas também exerceram forte atração migratória, mas vários projetos de colonização agrícola, construção de estradas e grandes obras, como hidrelétricas, levaram à ocupação da Amazônia. A maior parte dos migrantes procedia também das áreas pobres do Nordeste e Minas Gerais, incluindo-se as áreas da região Sul, em áreas que sofriam um processo de concentração fundiária e mecanização.

No segundo quinquênio da década de 1950, começa-se a construção da nova capital do país, Brasília. A migração começa em 1956 com a chegada de 256 trabalhadores, os primeiros candangos, como eram chamados os migrantes que chegavam ao futuro Estado do Distrito Federal. Já em janeiro de 1957, a estimativa era de 2.500 trabalhadores. Através de uma contagem feita em julho do mesmo ano, o número de migrantes já chegava a 12.283. Em 1958, esse número atingiu os 28 mil trabalhadores e através de um pré-censo, realizado de forma experimental pelo IBGE, 55.737 pessoas. A origem destes migrantes era, predominantemente, dos estados mais próximos: Goiás, Minas Gerais e Bahia. Em termos regionais, os nordestinos eram os principais imigrantes (COSTA, 2010).

Os anos de 1960 foram marcados por um êxodo rural expressivo. Esta emigração do campo foi intensa justamente nos estados mais adiantados no processo de industrialização: Minas Gerais, Rio de Janeiro e, destacadamente, São Paulo. Este último, recebeu a maior parte dos emigrantes brasileiros, paralelamente a um crescimento demográfico acelerado nas regiões metropolitanas. As áreas de ocupação mais antigas, como Nordeste, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul deram prosseguimento ao esvaziamento do campo (IBGE, 2022).

De acordo com Baeninger (2012), as mudanças no processo migratório nacional tiveram, a partir da década de 1970, o início da sua transformação. Nas migrações interestaduais, a região Sudeste mantém-se central nos movimentos migratórios, mas começa a experimentar redução em seu volume de imigrantes, sobretudo, Rio de Janeiro e São Paulo.

Segundo Rigotti *et. al.*, 2022, p. 7, já a região Norte e o estado do Mato Grosso despontaram, nos anos 1960 e 1970, como novas frentes de expansão, contando com uma taxa de crescimento populacional referente ao dobro da média nacional. Neste processo de ocupação de áreas de fronteira, pequenos colonos se apropriavam da terra, mas quando

adquiriam valor de troca ou o solo se esgotava, muitos deles partiam para novas frentes de expansão na própria região amazônica. Esta é uma característica de ocupação que marcará a região por décadas, resultando num processo intenso de urbanização.

No período do regime militar, a Amazônia integrou um projeto geopolítico de incentivo à ocupação pelos emigrantes que saíam das áreas rurais e mais pobres de um país em crescimento demográfico. Houve o início do processo de intensificação da ocupação, a princípio via projetos de colonização agrícola, públicos e privados (MAAKAROUN, 2023). Dentro do projeto ideológico-político do Estado, destacava-se a ocupação do território nacional, a exploração dos recursos nacionais, a educação e a valorização do trabalhador nacional. As migrações do tipo rural-urbano bem como as de regiões mais pobres para as mais ricas eram vistas como fatores propulsores do crescimento do setor moderno (CAMARANO, 2014, p. 89-90).

A década de 1980 representa uma grande mudança no padrão migratório do país. O cenário era de crise econômica e pobreza urbana. Sobre a perspectiva demográfica, persistia a diminuição da fecundidade e, conseqüentemente, o avanço no processo de envelhecimento, que contribuiu para a redução da pressão dos excedentes populacionais das áreas rurais do país (RIGOTTI, *et. al.*, 2001).

Nesta década, se intensificaram as migrações de retorno. Um caso típico desta migração é a da RMSP para os estados do Nordeste e Minas Gerais, principais áreas de origem em décadas anteriores.

“Além de refletir o ciclo de vida dos migrantes, os deslocamentos de retorno também são expressão do envelhecimento populacional em curso, que altera o padrão espacial da mobilidade populacional. Tanto os grandes excedentes de trabalhadores rurais tendem a diminuir devido à redução da fecundidade, como o próprio estoque de residentes dessas áreas também diminui rapidamente com o intenso processo de urbanização. Desta forma, já não havia um contexto demográfico favorável aos fluxos populacionais de grandes distâncias de origem rural, o que impacta o processo de urbanização e o padrão migratório na Amazônia Legal.” (RIGOTTI *et. al.*, 2022, p. 11)

Baeninger (2012), destacou o fenômeno do refluxo de mineiros para o Estado desde a década anterior, de 1970, apontando o incipiente processo de reversão emigratória da área. O processo de desconcentração das atividades econômicas que marcava o período de 1970-1980, beneficiou Minas Gerais, podendo já ter contribuído, nesse período, para absorção de sua população, bem como para atração e, inclusive, refluxo de população.

Neste período, os deslocamentos populacionais, sintetizados por Martine e Carvalho (1989) *apud* Baeninger (2012), destacam a ocorrência do aumento do número de Estados expulsos de população e a redução nos receptores.

Para Sawyer e Rigotti (2011) *apud* Rigotti *et. al.* (2022), dificilmente poderia se estabelecer um recorte histórico rígido nos padrões migratórios, devida a complexidade dos

fenômenos políticos, sociais e econômicos da década de 1980. Pode-se se dizer que a partir da segunda metade, já se notava o esgotamento do processo de expansão da fronteira amazônica. O contingente populacional da Amazônia, que dobrou em um período de duas décadas, é dado pela fecundidade mais elevada que a média nacional e os movimentos migratórios das décadas anteriores. De acordo com Rigotti et. al., 2022, torna-se evidente o arrefecimento das migrações das áreas rurais para as grandes metrópoles ou para as áreas de fronteira agrícola.

Também nos anos 1980, que a proporção da população residente nos centros urbanos ultrapassou, pela primeira vez, o número de pessoas residentes na área rural. À contraponto das desigualdades sociais, econômicas, inclusive de expressiva taxa de desnutrição, evidenciadas nos anos de 1980, de acordo com Wood e Carvalho (1994), a redistribuição espacial foi acompanhada de melhoria dos níveis educacionais e maior acesso aos serviços públicos. Notava-se também, queda na taxa de fecundidade e mortalidade, que, conseqüentemente, fez-se aumentar a expectativa de vida. Na década seguinte, um brasileiro médio, gozava de um padrão de vida melhor, em uma família menor e vivendo mais.

Se o recente padrão de crescimento econômico, notado a partir do período 1970-1980, não foi capaz de reduzir de modo significativo a desigualdade de renda, o mesmo pode-se dizer da pronunciada desigualdade espacial, que desde há muito tempo caracteriza o país. À exemplo, tem-se a queda dos preços do açúcar que arruinou com a rica economia agrícola nordestina, no século XVIII. Desde então, tem-se o desenvolvimento favorecido nos estados do Brasil Central e Meridional, em detrimento ao Nordeste (WOOD & CARVALHO, 1994).

Junto ao importante processo de desconcentração da indústria, neste período, tem-se o esgotamento das fronteiras agrícolas, resultando em uma mudança econômica que teve rebatimentos sobre os movimentos migratórios. Sendo assim, de acordo com Baeninger (2012), foi observado fluxos migratórios também em direção às indústrias que se desconcentraram espacialmente, ao mesmo tempo que retinha a população que possivelmente migrariam.

Na região Centro-Oeste, também experimentaram diminuição no volume de imigrantes os estados do Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, no período de 1981-1991. O Mato Grosso do Sul demonstrava sinais do “fechamento de sua fronteira” e o Distrito Federal iniciou o processo de metropolização. Neste contexto, da expansão metropolitana do DF, os municípios do Estado de Goiás são atingidos, com significativos fluxos migratórios de retorno (BAENINGER, 2012).

A desconcentração espacial da indústria fez com que grandes aglomerações urbanas atuassem no sentido de uma relativa desconcentração demográfica (AZZONI, 1986; DINIZ, 1993; CANO, 2011 *apud* RIGOTTI et. al., 2022). Neste contexto, de desconcentração espacial

econômica, juntamente com a desconcentração demográfica, na década de 1990 se manteve a importância das trocas migratórias no Sul, e o maior destaque foram os fluxos populacionais envolvendo o Distrito Federal e a região metropolitana de Goiânia. De acordo com Pacheco (1998) *apud* Rigotti *et. al.* (2022), a expansão do agronegócio e da agricultura irrigada propiciou o surgimento de extensas cadeias produtivas e de “ilhas de prosperidade”. Em contrapartida, a RMSP continuou a experimentar perda líquida de população. Na Amazônia, os fluxos mais expressivos envolviam as capitais e outras regiões do interior de Rondônia e norte do Mato Grosso.

Segundo Baeninger (2012), dando continuidade nas mudanças dos movimentos migratórios, as tendências na migração interna brasileira, na década dos anos 1990, mostraram que: i) os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se, consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas; ii) mantiveram-se como áreas de absorção de fluxos de longa distância, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste; iii) houve a recuperação migratória no âmbito intrarregional de áreas perdedoras no âmbito nacional, especialmente os Estados nordestinos; e iv) houve o surgimento e consolidação de polos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intrarregional.

Da metade do século XX até os anos de 2000, as migrações internas reorganizaram a população no território nacional, onde as vertentes da industrialização, com maiores fluxos, e, das fronteiras agrícolas, constituíram eixos da dinâmica da distribuição espacial da população no âmbito interestadual.¹²

Na virada do século, anos 2000, as migrações continuaram sua tendência de diminuição no país, com brasileiros menos propensos à migração interestadual. A RMSP e o eixo Goiânia-Distrito Federal mantiveram interação com o Nordeste. As capitais e vários centros urbanos regionais polarizaram os fluxos dentro dos próprios estados. Baeninger (2008) *apud* Rigotti (2022), traz reflexões sobre as transformações e principais tendências dos fluxos migratórios brasileiros, que dizem respeito a novos aspectos sobre a mobilidade populacional do país. Neste período, o país redefiniu seus polos, que passaram a ser caracterizados mais como áreas de retenção de migrantes do que com áreas de atração de longa permanência. A maior área de retenção migratória seria a faixa formada pelos estados do Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Maranhão e do Piauí até o Pará.

¹² “Nesse sentido, as análises a respeito do processo de distribuição espacial da população nos anos 70, e até mesmo durante a década de 1980, estiveram baseadas e preocupadas em apontar o crescente e intenso movimento de concentração: da migração, com predominância do fluxo para o Sudeste; do processo de urbanização, com a enorme transferência de população do campo para a cidade; e a concentração da população, manifestada no processo de metropolização.” (BAENINGER, 2012, p. 79)

A população total da região da Amazônia Legal, especificamente, de acordo com Rigotti et. al., 2022, em 2000 era de 20.152.486, ante à 16.141.375 em 1991, com crescimento médio anual de 2,5%, bem superior à média nacional, que era de 1,6% a.a., no mesmo período analisado. Segundo os autores, as taxas de fecundidade da Amazônia são superiores às do país, mas a diferença no ritmo de crescimento demográfico só pode ser entendida analisando-se, conjuntamente, aos saldos migratórios.

As regiões Sul e Sudeste, no período de 2000-2010, apresentaram as menores taxas de fecundidade, concomitantemente às menores taxas de crescimento, contrário à Região Norte que apresentou ritmo mais acelerado de crescimento demográfico. A região Centro-Oeste destaca-se neste período devido ao expressivo crescimento, que não é explicado somente pelas taxas de fecundidade, mas sim através da contribuição dos saldos migratórios (RIGOTTI et. al., 2022, p. 14).

O Censo de 2010 mostrou a intensificação da migração interestadual de retorno, no segundo quinquênio da década.

“Segundo os resultados do Censo 2010, o crescimento demográfico do Nordeste, Sudeste e Sul não ultrapassou 1,1% ao ano, entre 2000 e 2010, enquanto no Centro-Oeste e Norte o ritmo foi de 1,9% e 2,1% ao ano, respectivamente. Em 1991, 7,0% da população do Brasil morava no Norte, percentual que aumentou para 7,6% em 2000, e para 8,3% em 2010. No Centro-Oeste estes valores foram de 6,4%, para 6,6% e para 7,4%, respectivamente. Estas foram as únicas regiões que experimentaram aumento de participação durante o período, mas o crescimento demográfico não foi internamente uniforme.” (RIGOTTI et. al., 2022, p.14)

Portanto, pode-se concluir que houve, nos decênios mais recentes, redução geral dos fluxos e saldos migratórios no país. A região da Amazônia Legal segue a tendência nacional de arrefecimento do crescimento demográfico contribuído pelas migrações. Mas não tira a relevância do dinamismo interno da mobilidade populacional.

As migrações de longa distância redesenharam seus trajetos e seus significados, assim como as dinâmicas regionais passaram a imprimir especificidades às migrações urbanas-urbanas. No período da virada do século à 2010, existiu o reforço da tendência de configuração de novos espaços de migração, nesse sentido, mais relacionadas ao âmbito de suas regiões. Concluindo-se que as migrações do século XXI, as migrações internas se tornaram muito mais complexas, sem a definição, observada em períodos anteriores, sobre os rumos da migração no país (BAENINGER, 2012, p. 77; p. 81-82).

Para verificar estas tendências para os recentes anos, é necessário uma análise dos resultados do Censo Demográfico de 2022.

4.5. As inter-relações das migrações internas e os impactos socioambientais

Na antiguidade as relações entre sociedade e natureza foram marcadas pelos processos de ajustamento, quando o homem apreendia e transformava os recursos naturais essenciais ao seu desenvolvimento. Estas relações permaneceram dentro dos limites de equilíbrio entre os sistemas ambientais, socioeconômicos e culturais, apesar da não linearidade, experimentando as dicotomias entre conflito e harmonia, oportunidades e riscos. Este estado de equilíbrio foi modificado, a partir da Revolução Industrial, principalmente em decorrência da apropriação das paisagens naturais e rurais pelas sociedades urbanas, tomando precedentes que ainda não haviam sido presenciados pela história do homem, criando cenários ainda não completamente entendidos e refletindo em estados de degradação e de exposição de grupos específicos aos riscos ambientais (OLIMPIO *et. al.*, 2012 *apud* MOURA, 2019).

O fenômeno da urbanização é influenciado e influencia os movimentos migratórios internos e internacionais, aconteceram de forma intensa nas últimas décadas no país e tem apresentado padrão altamente degradante, refletindo um tipo de desenvolvimento que leva ao uso predatório dos recursos naturais, gerando também inúmeros impactos ambientais. Estas características estão relacionadas à complexidade inerente à transformação social e espacial da sociedade urbana do país que, nos últimos anos, apresenta-se como uma sociedade complexa espacial, ocupacional, socialmente diversificada e sobretudo desigual (PARFITT, 2016 *apud* MOURA, 2019).

Neste sentido, este processo acelerado da urbanização, segundo Alves *et. al.* (2010) *apud* Moura (2019), favoreceu a verticalização e adensamento de áreas já urbanizadas e a expansão urbana de áreas periféricas.

Este movimento, pode ser observado em alguns processos migratórios, onde após a exaustão de terra e recursos naturais explorados, leva a ocupação de áreas periféricas e metropolitanas como alternativa de se estabelecer meios de sobrevivência e vêm associados à impactos ambientais, de acordo com Alves *et. al.* (2010) *apud* Moura (2019), tais como a ampliação das pendularidades entre centro e periferia, havendo também o aumento no trânsito e a poluição do ar, por exemplo. Outra causalidade a ser considerada, a dificuldade de prover infraestrutura para espaços maiores e mais distantes, dentre estes, a infra para prestação de serviços de abastecimento de água e saneamento, gera uma pressão e provável poluição aos recursos hídricos. Neste sentido, por último e não menos importante, a conversão dos solos rurais em urbanos, implicando em mais desmatamentos.

A atração exercida pela cidade está associada ao fato de ser mais vantajoso o benefício de acesso a serviços e economias de escala, do que os malefícios dos problemas urbanos de congestão, poluição, ou ainda, a exclusão, de informalidade e de violência. O

processo de urbanização se deve tanto a concentração, consequência da migração rural, quanto à expansão decorrente do crescimento da população já urbanizada, isto também, em virtude da industrialização. No Brasil, este processo foi intenso e acelerado, marcado por grandes desigualdades regionais, sociais, e pela concentração urbana, uma vez que as cidades com maior densidade demográfica tiveram preferência dos residentes (BRITO & PINHO, 2012 apud MOURA, 2019).

Estas inter-relações entre movimentos da população e impactos socioambientais são experimentados pelo Brasil desde décadas anteriores e em diversas regiões. No município de Cubatão, que a partir da década de 1950, inicia um processo de industrialização e urbanização que serviu como fator de atração para fluxos migratórios, principalmente da Região Metropolitana de São Paulo e da Baixada Santista, que pode ser comparada à outros movimentos migratórios da época, no próprio estado de São Paulo, mas que apresenta-se algumas especificidades, e ainda, revela com clareza a inter-relação destas com os impactos socioambientais.

A transformação de Cubatão em um importante polo industrial teve início com a instalação da refinaria de petróleo Presidente Bernardes, no início dos anos 1950 e na década seguinte, com a instalação da siderúrgica Cosipa - Companhia Siderúrgica Paulista, que obteve altos investimentos estatais, em um cenário de desenvolvimento nacional. A partir dos anos 1960, a instalação das duas grandes indústrias no município impulsionaram a instalação de muitas outras indústrias, fazendo de Cubatão um dos principais parques industriais do Brasil, dotado de um complexo sistema de transportes (rodovias e ferrovias) e infraestrutura, além da proximidade com o porto de Santos. O processo de urbanização de Cubatão seguiu uma linha que privilegiava a instalação destas indústrias e negligenciava as questões sociais e ambientais. Sendo assim, todo o crescimento industrial e econômico do município foi, contraditoriamente, um desastre social e ambiental durante décadas para a população local (HOGAN, 1988, 1993; CERQUEIRA, 2010 apud ALVES, 2013).

O forte processo de industrialização e crescimento do município de Cubatão atraiu migrantes dos municípios da Baixada Santista, da RMSP e de diversas regiões do país, gerando um forte crescimento populacional, principalmente no período entre as décadas de 1960 e 1980. Uma parte significativa desses migrantes foi ocupando espaços de vulnerabilidade, inadequados para habitação. A expansão destes assentamentos precários em áreas de mangues, por exemplo, criou situações de grande exposição a riscos ambientais, como enchentes e deslizamentos. Além disso, o fornecimento de serviços urbanos básicos nestas localidades, tais como sistema de coleta de esgoto, água potável, energia elétrica e pavimentação, são precários e estão presentes apenas nas áreas mais centrais destes bairros (HOGAN, 1988, 1993; CERQUEIRA, 2010 apud ALVES, 2013).

No estado do Rio de Janeiro, a atratividade migratória também foi potencializada através do processo da industrialização, a exemplo das instalações da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda e a Companhia Nacional de Álcalis, em Cabo Frio.

O Rio de Janeiro, como já mencionado, durante o período de 1900-1970, se destacou no contexto das migrações internas, juntamente ao Estado de São Paulo, sendo estes os estados que primeiramente se industrializaram no país (SOUZA & FRUTUOZO, 2018).

Os impactos sociais e ambientais para as atividades industriais devem ser previstos desde a elaboração do projeto, da instalação dos empreendimentos e na operação dos mesmos. Devem ser considerados através dos estudos de impactos a supressão da vegetação para instalação das estruturas e locais de apoio às atividades, questões associadas à perda de fauna e flora (biodiversidade), assim como levado em consideração a oferta dos serviços básicos de infraestrutura viária, de saneamento, saúde e moradia, e ainda, a questão da especulação imobiliária, visto que estas atividades atraem os migrantes e, nem sempre conseguem atender as demandas desta população.

O processo de industrialização e urbanização também foram experimentados em outros estados e regiões do Brasil, principalmente sob o Plano de Metas, com ações desenvolvimentistas, do governo JK. Juntamente ao processo de industrialização deve-se levar em consideração no estado de Minas Gerais as atividades minerárias e agropecuária que atraem migrantes e são conhecidamente impactadoras do meio ambiente e modificam socialmente no local onde são instaladas e são realizadas.

Na região Centro-Oeste, de acordo com Souza e Frutuozo (2018), por serem áreas de fronteiras agrícolas, implicam em uma grande diversidade socioeconômica e de processos de seletividade entre tais fluxos migratórios.

Porém, alguns dos impactos socioambientais advindos das atividades do agronegócios e da pecuária intensiva são previsíveis e podem ser citados. A necessidade de grandes áreas para a realização das atividades, a contaminação e esgotamento dos nutrientes dos solos, uso intensivo de recurso hídrico, além do movimento de expulsão dos pequenos produtores e criadores, que não acompanham a tecnicidade do setor agropecuário.

Assim como as migrações estão condicionadas, em certos pontos, pela história, política e economia nos processos globais de mudança, elas condicionam outros processos que vêm acompanhados de impactos socioambientais: supressão de vegetação nativa para construção de estradas, realização de obras de infraestrutura, ocupação de áreas destinadas ao agronegócio e à pecuária, para exploração dos recursos naturais, conseqüente surgimento dos garimpos e das indústrias da mineração, se estendendo à expropriação de territórios, culturas e seus possíveis desdobramentos. Sob a perspectiva dos migrantes como agentes

impactados, considera-se a possível submissão de uma parte, se não, a maioria, deste contingente às moradias em lugares de infraestrutura vulnerável e baixas condições sanitárias, de poluição e degradação ambiental.

Movimentos migratórios aconteceram no país em diferentes regiões, contexto econômico e político, e ainda, acontecem com seus devidos padrões e especificidades. Os impactos socioambientais acompanham estas características de semelhança e peculiaridade, além das condições bióticas, abióticas, geográficas, topográficas, sociais, entre outros fatores de cada região. Para ampliar a discussão acerca da análise das inter-relações entre migrações internas e impactos socioambientais, devido sobretudo, à importância mundial da região, e também a complexidade e a dinâmica que se deram e possivelmente tendem, ainda a ocorrer as migrações internas e os impactos socioambientais, apresenta-se a seguir um panorama acerca da distribuição e ocupação da Amazônia Legal e os impactos socioambientais associados.

4.5.1. Amazônia Legal – As inter-relações entre migrações internas brasileiras e impactos socioambientais

Esse fato é evidenciado na maneira como se deu o uso e ocupação do solo da Amazônia, por exemplo. Estes movimentos, intensificados no período do regime militar, fizeram parte de um projeto de governo de colonização e interiorização do país.

De acordo com Rigotti (2023) para Maakaroun (2023), neste período ditatorial, as migrações tinham como destino, especialmente, São Paulo e a Amazônia, integrando o projeto geopolítico do regime militar, configurando-se como uma espécie de válvula de escape para a população brasileira, que crescia de maneira acelerada.

Neste sentido, tem-se um cenário propício aos impactos socioambientais inter-relacionados com as migrações no território da Amazônia Legal. Nos anos 1970, a ocupação desordenada desta região, concomitante à exploração predatória dos recursos naturais, levou à expansão das fronteiras de exploração dos recursos e para os diversos usos e ocupações daquele território. Após a exaustão da terra, os migrantes tinham como destino novas áreas de florestas ou faziam o movimento que os levavam à ocupação das áreas periféricas. Esta exaustão da terra, leva à diversificação da exploração do território, dentre elas o garimpo de minério, que carrega com ele um cenário de impactos socioambientais graves, caos sanitário e de saúde pública, que tem como principais afetados as comunidades de povos originários da região.

“A Amazônia é um bioma muito particular, então esses recursos naturais se esgotaram, o pequeno produtor não tinha linhas de crédito e apoio técnico suficientes. A solução então, seria abrir novas frentes de terra para plantação. O garimpo de ouro, também, surge como alternativa

a essas dificuldades. Começam aí todos os problemas que conhecemos hoje, e que, infelizmente, foram desembocar nessa crise humanitária e sanitária pela qual se passam os Yanomamis, já que essas práticas foram intensificadas nos últimos anos. Mas, depois desse processo de migração acelerado na década de 70, até mesmo por conta das dificuldades de viver da lavoura na Amazônia, houve, e ainda há, um processo de urbanização muito intenso: as pessoas tendem a ir para as cidades. As capitais, praticamente todas, mas também as cidades que são polos regionais importantes, como Santarém, funcionam como polos de atração, inclusive, por causa da oferta de serviços que podem suprir a necessidade do entorno. As capitais da região, crescem bastante, mas também Porto Velho, Macapá, Boa Vista... O que existe é uma urbanização precária, um processo de inchaço das periferias desses centros urbanos, com falta de saneamento, crescimento da violência... Nesse sentido, também retrata o que já se experimentou em outras regiões, por exemplo, do Sudeste e do Nordeste brasileiros.” (MAAKAROUN, 2023)

Problemas urbanos como altos preços dos aluguéis, dos terrenos e do custo de vida, leis urbanísticas mais rígidas e alta densidade demográfica muitas vezes obrigam volumosos contingentes populacionais a procurarem moradia em áreas periféricas próximas, mais acessíveis, mas também mais precárias na oferta de serviços básicos (CUNHA, 1994 *apud* RIGOTTI *et. al.*, 2022).

As migrações, a ocupação da região da Amazônia e os impactos ambientais e sociais estão diretamente associados. De acordo com Rigotti *et. al.*, 2022, de maneira geral, a contribuição das migrações para o crescimento demográfico da região, apesar de ter diminuído, apresenta uma especificidade complexa e um dinamismo interno. Um imenso cinturão de 300 a 500 km de largura na Amazônia, com área aproximada de 500 km², que se estende por Manaus, Belém, Porto Velho, passa por Cuiabá e Norte do Mato Grosso, parte do Pará (Marabá, Parauapebas, Santarém) e ainda abrange o Tocantins (Palmas), Imperatriz e São Luís, no Maranhão foi denominada por Beck (2006) *apud* Rigotti *et. al.* (2022), como “arco do povoamento”, preferível ao termo “arco do desmatamento, para a autora. Esta área engloba tipos de cobertura vegetal diversa, que foram impactadas pelo uso e ocupação em diferentes momentos, onde as migrações desempenharam e ainda desempenham papel de destaque. Nesse sentido, também deve-se considerar outras áreas da região da Amazônia Legal que experimentaram expressivos efeitos com as migrações (RIGOTTI *et. al.*, 2022).

Analisando os saldos e taxas líquidas de migração ocorridas na Amazônia, pode-se concluir que os movimentos migratórios avançaram e tendem a continuar neste movimento, na expansão de fronteiras e exploração de novas áreas de floresta para exercício das atividades econômicas baseadas, principalmente, na exploração dos recursos naturais. Analisando os dados apresentados pelo Imazon¹³ (2023), é possível validar estas informações. A seguir os dados apresentados pelos autores Rigotti *et al.*, para os períodos de 1986-1991; 1995-2000, 2000-2005 e 2005-2010, para as áreas denominadas: “desmatada”, “não-florestal”, “florestal” e “sob pressão”, de acordo com a Figura 2, a seguir.

¹³ Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia - Imazon.

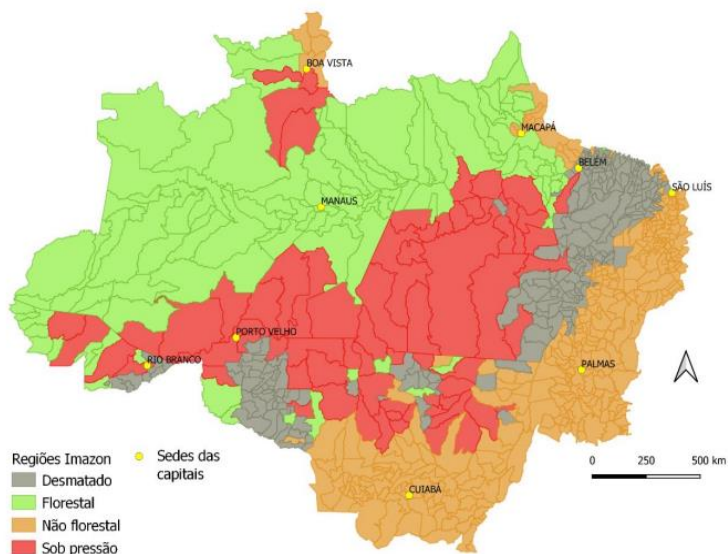


Figura 02: Fronteiras de Desmatamento na Amazônia Legal, 2019. Fonte: AMZ 2030 com dados do IBGE, 2022.

Entre 1986 e 1991, a Amazônia Legal teve um saldo migratório líquido positivo estimado por Rigotti et al. (2022) de 152 mil pessoas, distribuídas de maneira desigual. Esta cifra considera apenas os números das migrações internas. A área de colonização mais antiga, denominada “desmatada”, ganhou 57 mil pessoas, correspondendo uma TLM¹⁴ de 1,0% no período. Em outra área, de colonização mais antiga, denominada “não florestal”, que abrange uma extensa área de cerrados e campos, foi observado o recebimento de 18 mil pessoas (TLM de 0,3%). Mas é na região denominada “sob pressão”, onde se observa exploração madeireira predatória e pecuária extensiva, que se observa o maior saldo positivo, com 81 mil pessoas, correspondendo uma TLM de 5,1%, bastante expressiva para os padrões do país. A área “floresta”, considerada uma região com cobertura vegetal mais preservada e atividades econômicas incipientes, foi a única a apresentar saldo negativo, em torno de 3 mil migrantes e uma TLM correspondente de -0,1%, uma taxa quase nula (RIGOTTI *et. al.*, 2022).

A dinâmica dos fluxos, os saldos e as taxas líquidas migratórias, e ainda, a consideração da forma em que foi ocupada a área *sob pressão* da região da Amazônia Legal, sob a perspectiva da inter-relação das migrações e os impactos socioambientais é, possivelmente, a área mais evidente para esta análise.

No período de 1995-2000, houve uma importante inflexão nas migrações, visto que a Amazônia Legal foi perdedora líquida de população, sendo as regiões de colonização mais antigas, as maiores responsáveis por esta mudança. Apenas a região “sob pressão” continuou

¹⁴ Taxa Líquida de Migração (TLM): Quociente entre o saldo migratório em relação à população observada no segundo censo. Se a taxa for negativa, será interpretada como a proporção em que a população observada no segundo censo foi diminuída, devido à migração (CARVALHO, 1982 apud RIGOTTI, 1999).

com saldo positivo de 21 mil migrantes. Mesmo que estes números sejam inferiores ao período analisado anteriormente (RIGOTTI *et. al.*, 2022).

Nos anos 2000, as taxas de crescimento da população da Amazônia Legal acompanharam as tendências de queda que ocorreram no resto do país. Mas ainda maior que as taxas de crescimento do restante do Brasil. No segundo quinquênio, a perda populacional foi correspondente a 75 mil pessoas. Neste período, chama-se atenção a alteração da dinâmica de crescimento na área “florestal”, que passa a apresentar saldo positivo, embora inexpressivo sob o ponto de vista do valor da TLM, que foi quase nula, 0,02%, correspondente a um ganho líquido de 1 mil de imigrantes. No período anterior, entre 1995-2000, a região apresentava saldo migratório negativo. Neste período, mais uma vez, a região sob pressão continuou sendo a maior responsável pelos ganhos populacionais da Amazônia Legal, com cerca de 36 mil habitantes, correspondendo a uma TLM de 1,34%, a maior no segundo quinquênio da década de 2000 (RIGOTTI *et. al.*, 2022).

“A rede de fluxos populacionais da Amazônia Legal se diferencia nacionalmente pelo tamanho e rapidez de suas transformações, originada por uma colonização agrícola conturbada, muitas vezes alterada pela exploração e esgotamento de recursos naturais ou pela construção de estradas e infraestrutura associadas ao escoamento da produção de commodities.

A análise dos quinquênios a partir dos últimos três censos demográficos demonstra estágios decisivos de ocupação do território da Amazônia Legal e algumas tendências. Enquanto o Brasil passava por uma inflexão na capacidade de atração das suas grandes aglomerações urbanas, principalmente na RM de São Paulo, o período 1986-1991 testemunhou o prosseguimento da ocupação da região hoje ‘desmatada’ e ‘não florestal’, onde prevalece a produção de grãos e a pecuária extensiva. Desta ocupação emergiram novos e importantes centros urbanos com suas cadeias produtivas que estreitaram as relações econômicas locais e estimularam fluxos populacionais, inseridos na vasta rede migratória do país.

Várias localidades adjacentes às áreas pioneiras de pecuária extensiva e agricultura foram associadas à exploração mineral. Juntas, estas atividades intensificam a ocupação humana em uma gigantesca faixa no contato do Cerrado com a floresta amazônica, abrindo veios de exploração predatória de madeira e pecuária extensiva que modificaram a região ‘sob pressão’ (...) A rapidez do surgimento de localidades vinculadas à exploração de recursos naturais e transformação típicos da ocupação amazônica atingiram a região “florestal”, centralizada por uma extensa área de influência do polo industrial de Manaus com incipiente extrativismo não-madeireiro e atividade madeireira.” (RIGOTTI *et. al.*, 2022).

As tendências dos movimentos migratórios e a ocupação recente da Amazônia Legal, precisam ser confirmadas através do Censo 2022. Porém, os processos ocorridos na Amazônia Legal, analisados através dos dados dos censos anteriores por Rigotti *et al.* (2022) e apresentado acima, indicam que na Amazônia Legal há uma ocupação de uma localidade e exploração dos recursos naturais, até a exaustão. Quando isto ocorre, continua a mobilidade da população de migrantes, concomitantemente, expande as frentes de exploração e aumenta a malha de desmatamento. Um exemplo da inter-relação entre migração interna e impactos socioambientais, é o fato de que, em 1994, no norte do Mato Grosso, nos municípios de Peixoto de Azevedo e Matupá, existiam garimpos de ouro. Naquele ano o ouro já estava se esgotando e os garimpeiros já começavam a se dirigir para Roraima.

“Ainda mais o garimpo de ouro de aluvião, associado a todo esse processo que temos visto hoje na Terra Yanomami, ele se intensificou e agravou. Porque hoje o maquinário é muito mais pesado, a própria violência na Amazônia, não que não existisse na década de 90, mas a própria entrada de armas, os conflitos de terra, as ameaças, grilagem, a exploração de madeira ilegal, tudo isso se intensificou muito nos últimos anos. Esse é o complexo caldo que vai gerar a ocupação de novos espaços na Amazônia Legal. Só que os novos espaços, atualmente, têm sido, predominantemente, as áreas urbanas das maiores cidades.” (RIGOTTI, 2023, em entrevista concedida à MAAKAROUN, 2023)

A crise humanitária, exposta pela mídia em janeiro de 2023, na qual os indígenas da etnia Yanomami estão submetidos, consequência da negligência das políticas constitucionais, intensificada no governo anterior, teve sua origem no final da década de 1980, quando a região foi colonizada para a exploração de recursos minerários, principalmente o ouro, via garimpo ilegal, segundo Dourojeanni (2023).

O histórico legal do território, que foi criado em 1989 e demarcado em 1992, ocupado por estes indígenas, tem sido muito conturbado. Cerca de 40 mil garimpeiros, nos anos de 1980, invadiram as T.I. Yanomamis e desencadearam uma crise sanitária que dizimou 14% da sua população. O Estado interveio e reduziu a pressão, porém não a eliminou e a garimpagem voltou a crescer. Em 2000, já haviam sido desmatados mais de 10.000 ha, expandindo para 24.000 ha, em 2014. Em 2020/21, piorou significativamente, quando o garimpo aumentou em 46%. A vulnerabilidade socioambiental deste povo originário tem aumentado gradativamente, desde quando eles foram contatados pela primeira vez e intensificado com a construção da rodovia Perimetral Norte, nos anos 70 (DOUROJEANNI, 2023). A realização das atividades agropecuárias refletem nos efeitos causados pela ocupação e expansão do território da Amazônia. Estas atividades tiveram origem na região do cerrado e atualmente ocupam áreas de floresta. Devido ao dinamismo do agronegócio, este gera uma cadeia própria de produção e incrementos de novas cidades. A pecuária extensiva, por sua vez, gera um desmatamento muito grande, alterando, inclusive, as condições climáticas sob uma perspectiva global. Paradoxalmente, esta é uma atividade que não apresenta alta produtividade, de acordo com Rigotti, em Maakaroun (2023).

Cada vez mais tecnicista e visando a exportação, a agropecuária necessita de grandes áreas para a sua realização. Comprometendo a preservação de grandes áreas de biodiversidade importante para a manutenção do equilíbrio do ecossistema. Neste sentido, considera-se também a construção de um cenário propício para a emigração dos pequenos e médios produtores rurais e ocupação destes territórios pelo agronegócio e pecuária extensiva.

Sem uma perspectiva de preservação e recuperação dos territórios, a região da Amazônia vislumbra um futuro nada próspero em relação à preservação dos recursos naturais e atenção aos povos originários. Sob uma política desenvolvimentista atual, estão previstas a

repavimentação da BR-319 e a exploração de petróleo numa margem equatorial que abrange a Bacia Potiguar, do Ceará, de Barreirinhas, do Pará-Maranhão e da Foz do Amazonas.

A rodovia BR-319 corta a Amazônia, ligando a região intocada até o arco do desmatamento, afetando diretamente 63 terras indígenas, além de outras 05 comunidades, que juntas totalizam mais de 18 mil indígenas. A rodovia foi abandonada na década de 1980 pela falta de trafegabilidade, era mais vantajoso o escoamento via tráfego fluvial. Entretanto, em 2014, uma nova promessa de repavimentação deu início aos serviços de manutenção da rodovia. Consequência do início das obras, foi o aumento do desmatamento da região. Uma vez que tinham, a partir da rodovia, uma solução para o escoamento dos recursos explorados, principalmente madeira (FERRANTE, 2023).

Assim como a repavimentação da rodovia BR-319, a exploração de petróleo na Foz do Amazonas, é considerada uma atividade de alto impacto ambiental. Até a data de finalização deste trabalho, o processo de licenciamento do projeto “FZA-M-59”, apresentado pela BP Energy (2014), atualmente cessionado para a Petrobrás, segue indeferido pelo Ibama que justifica o parecer em função de um conjunto de inconsistências técnicas para operação segura na área. Considerou-se a falta da apresentação do estudo sobre Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) - análise que permite identificar áreas em que não seria possível realizar atividades de extração e produção de petróleo e gás em razão de riscos ambientais. E ainda, o Ibama ressalta a distância da base operacional do plano, em Belém/PA, à região de perfuração. Fato este que, em caso de vazamentos, a Petrobras não consiga mitigar os impactos em tempo hábil (MOLITERNO, 2023).

Atividades deste porte, possivelmente, influenciam fluxos migratórios que deverão ser observados através do levantamento de pesquisas censitárias futuras e respectivas análises. Atraem migrantes para compor a força de trabalho, assim como desapropriam e forçam a evasão nestes territórios, que serão ocupados para a execução ou apoio da atividade.

5. CONCLUSÃO

Através da análise sobre o panorama da realização dos censos, assim como implantação dos quesitos sobre migração nas pesquisas censitárias foi possível concluir que estes são os principais dados sobre o estudo sobre as migrações internas. As estatísticas e os quesitos sobre migração disponíveis para análise de fluxos, saldos e taxas migratórias evoluíram, porém, de maneira não linear, pois neste sentido, também é necessário investimentos políticos e econômicos, e, no Brasil, durante alguns períodos e governos estes investimentos não ocorreram. Atualmente, os censos demográficos contam com evolução da tecnologia que facilita a realização, a coleta de dados, análise e sua divulgação. Em contrapartida, a falta de contingente recenseador, falta de divulgação da realização da pesquisa para a população e ainda, a disseminação das “fake news”, comprometem a realização e divulgação dos resultados. Este fato foi experimentado no último censo realizado, em 2022, que tiveram os dados divulgados em 28 de janeiro de 2023. O mesmo estava previsto para a sua realização em 2020, cumprindo o planejamento decenal dos censos, porém a pandemia da Covid-19 e a falta de investimento do governo adiou a sua realização em dois anos e os resultados saíram no ano posterior, em 2023.

Através da revisão da literatura acerca das migrações internas que ocorreram no país, ficou evidente que o país tem uma ocupação e distribuição da sua população localizada, em sua faixa litoral do Oceano Atlântico, observada desde o período Colonial. Alguns fatores influenciaram os fluxos migratórios brasileiros. O país experimentou durante meados do século XX um crescimento de aproximadamente 3,0% a.a. e este contingente, associado a outros fatores, como a seca da região Nordeste, por exemplo, acentuou o êxodo rural. A tradição de exportação de commodities naturais foi outro fator de influência nos movimentos migratórios, dentre os mais importantes, a exportação do café, algodão, açúcar e madeiras de lei.

Estados como Rio de Janeiro e São Paulo, foram os grandes recebedores dos migrantes até parte da segunda metade do século XX, até que no período de 1970-1980, esses movimentos começa a se arrefecer. É também neste período que a geopolítica influencia a interiorização do país e abre-se novas fronteiras de exploração no Centro-Oeste e Norte do País.

No final do século XX à virada do século XXI, tem-se incorporado aos movimentos migratórios, os de retorno, a volta destes migrantes aos estados de origem, além de apresentar a característica de reter os migrantes do que atraí-los. As migrações de longas distâncias também diminuem, mas sem poder desconsiderar as dinâmicas intra-regionais experimentadas em algumas regiões, dentre elas a Amazônia.

Nos períodos recentes, nota-se o esvaziamento dos grandes centros e ocupação das regiões metropolitanas, periféricas. Ocupações estas importantes para entender algumas das inter-relações com os impactos socioambientais.

Na busca de identificação dos possíveis impactos socioambientais inter-relacionados às migrações internas ocorridas no Brasil, identificadas nesta pesquisa, observa-se que os movimentos podem ser realizados, além dos fatores econômicos e políticos, mas também por questões ligadas à ordem social e ambiental. A ocupação de certos territórios pelos migrantes podem causar impactos socioambientais, assim como os impactos socioambientais podem forçar a migração de certa população de certa localidade. A ocupação da Amazônia Legal gerou diversos impactos ao ecossistema local, assim como as secas do Nordeste forçou a emigração de grande parte da população.

Foi possível também, através deste trabalho, concluir que, paradoxalmente, o migrante motivado a encontrar melhores condições de trabalho e qualidade de vida, com acesso aos melhores serviços públicos, estarão em alguns casos, sujeitos à situações de moradias, infraestrutura e acesso aos serviços públicos, precários. O migrante neste caso, é identificado com o agente impactado socioambientalmente.

De forma geral, os movimentos migratórios ocorridos no país foram e ainda estão diretamente associadas ao desenvolvimento econômico, a industrialização e a urbanização, que foram se modificando ao longo do tempo sob os diversos cenários políticos e econômicos que atravessaram o país, mas também sob as perspectivas socioambientais. Pois a exploração de matérias-primas para diversos processos industriais, por exemplo, dá-se em locais nunca antes explorados, preservados ambientalmente, ou ocupados por povos que tem outros meios de apropriação e produção da natureza.

As atividades econômicas em sua maioria, principalmente as de grande escala, que atraem populações de migrantes na busca de melhores condições de vida e acesso aos serviços básicos, majoritariamente, são utilizadoras ou potencialmente poluidoras dos recursos naturais.

Conclui-se, assim, que desde as décadas passadas, abordadas neste trabalho dentro de um período no qual foram realizados e existem dados censitários para análise das migrações internas do país, que os fluxos migratórios e a ocupação territorial interferem no uso e transforma os espaços. Portanto, as migrações internas estão inter-relacionadas a impactos socioambientais nos quais algumas regiões estão suscetíveis, tais como o esgotamento dos recursos e sua degradação, e ainda, sob a perspectiva do migrante como agente impactado, paradoxalmente à busca por melhores condições de vida, acesso aos serviços básicos e bem-estar procurados, observa-se o processo de periferização dos

grandes centros, onde a oferta dos serviços de saneamento, saúde, educação e segurança são precários.

Sob a perspectiva socioambiental associada às questões demográficas, é importante este estudo na compreensão da construção e dinâmica da população e de como estes movimentos interferem e são interferidos por estes impactos no território. O estudo destas questões associadas ampliam uma discussão que está diretamente associada e que muitas vezes não são assim consideradas. Abre-se caminho assim para novas pesquisas que contribuam para a discussão, uma vez que este trabalho não teve a intenção de esgotar a pesquisa sobre o assunto, uma vez que, novos dados censitários estão na iminência de serem publicados. Assim, algumas tendências destes movimentos migratórios observados na pesquisa, poderão ser constatadas ou descartadas gerando a necessidade e oportunidade de novas pesquisas e análises. Além disto, a divulgação dos resultados Censo 2022, abre novas e importantes discussões sobre as migrações internas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, H.P.F. **Análise de vulnerabilidade socioambiental em Cubatão-SP por meio da integração de dados sociodemográficos e ambientais em escala intraurbana.** Rev. bras. Est. Pop. v.30, n.2, p.349-366, Rio de Janeiro, jul. a dez./2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/qK6HTC5fXKTKD9mhGRBGWWB/?format=pdf&lang=pt>, acesso em 25 de jun. 2023, 20:40.

BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo.** Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/faces_migracao/Fases_e_faces_da_migracao_em_Sao_Paulo.pdf, acesso: 10 mar. 2023, 17:02.

BAENINGER, R. **Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil.** Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, Ano XX, n.º 39, p. 77-100, jul./dez.2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/mrVMskqfZGB3w5t7wJfBKHR/?format=pdf&lang=pt>, acesso: 10 mar. 2023, 16:42.

BRASIL. Lei Federal n.º 5.534, de 14 de novembro de 1968. **Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas e dá outras providências.** Brasília-DF, Publicado no D.O.U. de 18 nov. 1968, retificado em 20 nov. 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15534.htm, acesso: 03 jun. 2023, 22:36.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O IBGE e o Bicentenário da Independência. Disponível em: <https://bicentenario.ibge.gov.br/#page-1864-1>, acesso: 27 jun. 2023, 16:21.

_____. **Censo 2010.** Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/coleita/responda-ao-censo-2010.html>, acesso: 03 jun. 2023, 22:23.

_____. **Censo 2022.** Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>, acesso: 01 jun. 2023, 11:51.

_____. Comitê de Estatísticas Sociais. **IBGE - População: Censo Demográfico.** 2023. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/apresentacao/portarias/200-comite-de-estatisticas-sociais/base-de-dados/1146-censo-demografico.html>, acesso: 27 fev. 2023, 17:07.

_____. **NOTA METODOLÓGICA.** **Prévia da População dos Municípios com base nos dados do Censo Demográfico de 2022 coletados até 25/12/2022.** 28 dez. 2022. Disponível em:

https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/Nota_Metodologica_Previa_Populacao_Municipios_CD2022.pdf, acesso: 01 jun. 2023, 14:49.

BRITO, F. **As migrações internas no Brasil: Um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas - Cedeplar, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, 20p. Set. 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6227031.pdf>, acesso: 03 abr. 2023, às 09:12.

CAMARANO, A.A. **Como a história tratou a relação entre população e desenvolvimento econômico**. In: Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro, 2014, p. 43-77. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3288>, acesso: 07 mai. 2023, às 14:04.

CAMARANO, A.A., KANSO, S., FERNANDES, D. A população brasileira e seus movimentos ao longo do século XX. In: Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro, 2014, p. 81-116. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3288>, acesso: 07 mai. 2023.

CARVALHO, J.A.M. **Migração interna: mensuração direta e indireta**. Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais, v. 2, São Paulo, 1981. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/199>, acesso: 03 abr. 2023, às 10:22.

CARVALHO, J.A.M., GARCIA, R.A. **Estimativas decenais e quinquenais de saldos migratórios e taxas líquidas de migração do Brasil, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo unidade da federação e macrorregião, entre 1960 e 1990, e estimativas de emigrantes internacionais do período 1985/1990**. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas - Cedeplar, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, Out. 2002. Disponível em: https://memoria.face.ufmg.br/uploads/r/faculdade-de-ciencias-economicas/2/3/d/23dfdccd43472612293215e3ef7afcb833e5fb975559673555401a4c2698b91c/Estimativas_saldos_migratorios.pdf, acesso: 03 abr. 2023, às 09:03.

CARVALHO, J.A.M, MACHADO, C.C. **Quesitos sobre migrações no Censo Demográfico de 1991**. Revista Brasileira de Estudos de População. 9(1), p.22-34. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1992. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/512>, acesso em 31 mai. 2023, 18:56.

CARVALHO, J.A.M., RIGOTTI, J.I.R. **Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise**. Revista Brasileira de Estudos de População, v.15, n.2, Brasília, 1998, p. 7-17. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/402>, acesso: 03 abr. 2023, 08:44.

CUNHA, J.M.P. **Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados.** Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, Ano XX, n.º 39, p. 29-50, jul./dez.2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/remhu/a/QpD98phFrQNdyXN7TzpgTcP/?format=pdf&lang=pt>, acesso: 10 mar./2023, 16:54.

DOTA, E.M., QUEIROZ, S.N. **Migração interna em tempo de crise no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.21, n.2, p. 415-430, São Paulo, mai./ago. 2019. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5854/pdf>, acesso: 03 abr. 2023, às 08:49.

DOUROJEANNI, M. **Auschwitz na Amazônia? A intenção de extinguir os Yanomamis bem como a crueldade demonstrada são compatíveis aos horrores vividos pelas vítimas dos horrendos campos de concentração nazista.** O eco. Publicado em 07 fev. 2023. Disponível em: <https://oeco.org.br/colunas/auschwitz-na-amazonia/>, acesso: 26 jun. 2023, às 13:39.

FERRANTE, L. **Além dos Yanomamis, outros 18 mil indígenas estão sob ameaça na Amazônia.** Colaboração para o Ecoa, publicado em 27 fev. 2023. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opinioao/2023/02/27/alem-dos-yanomamis-outros-18-mil-indigenas-estao-sob-ameaca-na-amazonia.htm>, acesso: 26 jun. 2023, às 13:10.

MAAKAROUN, B. Entrevista: **“A ocupação da Amazônia foi desordenada, complexa e violenta.”** Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, 2023. Publicada em 02 abr. 2023, 04:00. Atualizada em 02 abr. 2023, 13:18. Disponível em: em.com.br/app/noticia/gerais/2023/04/02/interna_gerais,1476479/a-ocupacao-da-amazonia-foi-desordenada-complexa-violenta-diz-professor.shtml, acesso: 11 jun. 2023, 15:32.

_____. Amazônia: **“Cientista da UFMG: ‘As novas gerações é que vão cuidar da Amazônia.’”** Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, 2023. Publicada em 02 abr. 2023, 04:00. Atualizada em 02 de abr. 2023, 13:16. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/04/02/interna_gerais,1476483/cientista-da-ufmg-as-novas-geracoes-e-que-vao-cuidar-da-amazonia.shtml, acesso: 11 jun. 2023, 15:51.

_____. Amazônia: **“Cientistas da UFMG explicam origem da crise e risco para floresta.”** Jornal Estado de Minas, Belo Horizonte, 2023. Publicada em 02 abr. 2023, 4:00. Atualizada em 02 abr. 2023, 13:16. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/04/02/interna_gerais,1476478/cientistas-da-ufmg-explicam-origem-da-crise-e-risco-para-floresta.shtml#google_vignette, acesso: 11 jun. 2023, 15:40.

MENEZES, M.L.P. **Tendências atuais das migrações internas no Brasil**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, n.º 69, 1 ago./2000. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/sn-69-45.htm>, acesso: 10 mar. 2023, 17:32.

MERRICK, T. W., GRAHAM, D.H. **População e desenvolvimento econômico no Brasil: de 1800 até a atualidade**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981.

MOLITERNO, D. **Debate sobre exploração de petróleo na Foz do Amazonas envolve reservas de 30 bilhões de barris e quase US\$ 3 bi em investimentos**. CNN Brasil, São Paulo, publicado em 27 mai. 2023, às 04:00, atualizado em 27 mai. 2023, às 17:23. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/debate-sobre-exploracao-de-petroleo-na-foz-do-amazonas-envolve-reservas-de-30-bilhoes-de-barris-e-quase-us-3-bi-em-investimentos/>, acesso: 26 jun. 2023, às 13:28.

MOREIRA, M.M., OJIMA, R., FUSCO, W. **Edição Especial sobre o Censo Demográfico de 2010**. In: Cadernos de Estudos Sociais, n.27, v.2, Recife, jul-dez/2012. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/issue/view/5/6>, acesso: 11 mai. 2023, 14:16.

MOURA, V.C.S. **Impactos ambientais da urbanização: esforços da pesquisa brasileira e mapeamento e percepção de moradores na cidade de Santarém, Pará**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação stricto sensu em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida do Centro de Formação Interdisciplinar da Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém/PA, 2019. 107.: il. Disponível em: https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/bitstream/123456789/137/1/Disserta%C3%A7ao_Impactosambientaisdaurbanizacao.pdf, acesso em: 23 jun. 2023, 15:15.

OJIMA, R., NASCIMENTO, T.C.L. **Migrações internas no Brasil: um panorama analítico e alguns percursos teóricos**. Resenha: BAENINGER, R. **Fases e faces da migração em São Paulo**. Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, Campinas, 146p. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/3Xn63MggdQV3RZVmZHXFLND/?format=pdf&lang=pt>, acesso: 10 mar./2023, 16:58.

OLIVEIRA, L.A.P., SIMÕES, C.C.S. **O IBGE e as pesquisas populacionais**. Revista Brasileira de Estatística e População, v. 22, n. 2., p. 291-302, São Paulo, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/VCdB6mfFsmm5Wjd4LmydTrD/?lang=pt&format=pdf>, acesso em: 27/02/2023, 15:55.

RIGOTTI, J. I. R. **Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas**. p. 141-156. In: Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Núcleo de Estudos de População - Nepo/Unicamp, Campinas, 2011, 184p.

_____. **Técnicas de mensuração das migrações, a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo.** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1999.

RIGOTTI, J. I.R., TURRA, C.M., HADAD, R., FERNANDES, F. **A Dinâmica Demográfica da Amazônia Legal - Migrações na Amazônia Legal.** Projeto Amazônia 2030, Pará, abr. 2022. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2022/04/AMZ-37-1.pdf>, acesso: 28 fev. 2023, 09:45.

SASAKI, E.M., ASSIS, G.O. **Teoria das Migrações Internacionais.** XII Encontro Nacional da ABEP 2000. GT de Migração. Caxambu, Out. de 2000. Disponível em: https://www.pucsp.br/projetocenarios/downloads/CDH/Teoria_das_Migracoes_Internacionais.pdf, acesso em: 16 de mar. 2023, 10:12.

SILVA, E.L., MENEZES E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4ª ed., Florianópolis, 2005.

SINGER, P. **Economia política da urbanização.** 5ª ed. Editora Brasiliense, São Paulo, 1978.

SOUZA, J., FRUTUOZO, J.V.P. **Rio de Janeiro: considerações sobre os processos de expansão urbana e interiorização do crescimento (1980-2010).** Revista Brasileira de Gestão Urbana, v.10, n.1, p. 124-139. Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, jan.-abr./2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/jyzyR7Xhzbz4HvsxWRVqnCNB/?format=pdf&lang=pt>, acesso: 26 jun. 2023, às 17:27.

UNITED NATIONS. **Manual VI: methods of measuring internal migration.** United Nations. New York, 1970.

_____. **Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses, Revision 2.** United Nations. New York, 2008.

VIECELI, L. **IBGE encerra coleta do Censo e inicia apuração final após atrasos.** Jornal Folha de S.Paulo. Rio de Janeiro, 01 mar. 2023, publicado às 13:33, revisado em 01 mar. 2023, às 18:10. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/ibge-encerra-coleta-do-censo-e-inicia-apuracao-final-apos-atrasos.shtml>, acesso: 01 jun. 2023, às 15:58.